



ALLIED TECNOLOGIA S.A.
Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58
NIRE 35.300.465.369
Código CVM nº. 02533-0

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025**

Prezados Senhores,

A Administração da Allied Tecnologia S.A. ("Allied" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas a sua proposta ("Proposta") sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGO"), a ser realizada em 25 de abril de 2025, às 14h30, de modo exclusivamente presencial, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo. 28, § 2º e § 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), conforme Edital de Convocação divulgado nesta data.

A presente Proposta tem por objetivo esclarecer a recomendação da Administração da Companhia com relação a cada um dos itens constantes da pauta a ser votada.

Atenciosamente,

Rafael Patury Carneiro Leão
Presidente do Conselho de Administração

Silvio Stagni
Diretor Presidente

SUMÁRIO

1. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1.1.	As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024.....	03
1.2.	A proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024.....	04
1.3.	A fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027.....	04
1.4.	A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027.....	05
1.5.	A proposta da administração acerca da fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2025.....	07

2. ANEXOS

ANEXO A - Relatório Anual Resumido e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário.....	09
ANEXO B - Comentários dos Diretores (Seção 2 do Formulário de Referência da Companhia)	13
ANEXO C - Informações sobre a Destinação de Resultados conforme RCVM 81/22.....	40
ANEXO D – Proposta de Indicação de Membros do Conselho de Administração (Seção 7 do Formulário de Referência da Companhia).....	46
ANEXO E – Proposta de Remuneração dos Administradores, nos termos do artigo 13, inciso I da RCVM 81/22.....	53
ANEXO F - Remuneração dos Administradores (Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia).....	56

1. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1.1. As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024

As contas dos Administradores estão apresentadas nas demonstrações financeiras que foram elaboradas pela Diretoria da Companhia, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") e cuja aprovação foi recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 26 de março de 2025 ("RCA 26.03"), e pelo Comitê de Auditoria em reunião realizada em 26 de março de 2025 ("RCAE 26.03"), bem como publicadas no Data Mercantil em 26 de março de 2025.

Vale notar que a Deloitte, em seu relatório, aprovou sem ressalvas ou ênfases as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

NA RCAE 26.03, Comitê de Auditoria Estatutário emitiu seu relatório e parecer, opinando a favor do encaminhamento dos referidos documentos para aprovação da Assembleia, conforme cópias constantes no **Anexo A** à presente Proposta.

A Administração recomenda que os acionistas examinem detalhadamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, o relatório do Comitê de Auditoria, as notas explicativas e o relatório da Deloitte, e a RCA 26.03, os quais foram devidamente disponibilizados para consulta nos *websites* da Companhia (<https://ri.alliedbrasil.com.br/>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) nesta data.

De acordo com o disposto no artigo 10º, inciso III, da RCVM 81/22, a Companhia informa aos acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos da seção 2 do Formulário de Referência, constam do **Anexo B** à presente Proposta e foram disponibilizados aos acionistas na sede social da Companhia, localizado na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 23º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, em seu *website* (<https://ri.alliedbrasil.com.br/>) e nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

Adicionalmente, conforme aprovado na RCA 26.03, a Administração da Companhia submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como as respectivas contas dos Administradores relativas ao referido exercício social, que foram disponibilizados nos termos do artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e do artigo 10º da RCVM 81/22 e artigo 27, §1º da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, sendo que tais documentos foram publicados no Data Mercantil em 26 de março de 2025.

Assim, com base nos documentos e informações disponibilizados, a Administração propõe à Assembleia a aprovação integral das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como do relatório da Administração e das contas dos administradores relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

1.2. A proposta da Administração para a destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou lucro líquido no montante de R\$ R\$145.531.661,15 (cento e quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e um mil, seiscentos e sessenta e um reais e quinze centavos)

Conforme as deliberações tomadas na RCA 26.03, a Administração propõe a seguinte destinação para o lucro líquido de exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

- (a) R\$7.276.583,06 (sete milhões, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e seis centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, para a composição da reserva legal, nos termos do art. 193, caput e §1º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.");
- (b) R\$138.255.078,09 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, setenta e oito reais e nove centavos) será destinada ao pagamento de juros sobre capital próprio, já declarados ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 21 de março de 2024 e em 07 de novembro de 2024¹;

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 10, parágrafo único, II, da RCVM 81/22, e para melhor compreensão da proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, a proposta de destinação do resultado do exercício consta como **Anexo C** à presente Proposta, contendo as informações mínimas previstas no Anexo A à RCVM 81/22.

1.3. A fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027

Nos termos do art. 22 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos.

Dessa forma, a Administração propõe a manutenção do número de 5 (cinco) membros efetivos para compor o Conselho de Administração da Companhia durante o mandato que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027.

¹ Adicionalmente ao juros sobre capital próprio distribuídos à conta do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração declarou no decorrer do exercício juros sobre capital próprio adicionais no valor de R\$83.744.921,91 (oitenta e três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), o que corresponde a R\$0,89034485630 por ação ordinária de emissão da Companhia, totalizando R\$222.000.000,00 (duzentos e vinte dois milhões de reais) brutos ou R\$ 2,360221415 por ação ordinária de emissão da Companhia.

1.4. A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027

A Assembleia deverá deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, para um mandato unificado que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027.

Nos termos do Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, cabe aos Conselheiros eleitos, em sua primeira reunião realizada após a eleição, eleger, por maioria de votos, dentre os membros do referido órgão, aquele que desempenhará a função de Presidente do Conselho de Administração.

Considerando o número de membros do Conselho de Administração da Companhia proposto no item 1.3 desta Proposta, a Administração propõe a eleição da chapa abaixo, para manutenção da atual composição do Conselho de Administração, observado que os candidatos, se reeleitos, cumprirão mandato até a data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027:

EFETIVOS
Claudio Roberto Ely (membro independente)
Carla Alessandra Trematore (membro independente)
Flavio Benício Jansen Ferreira
Marcelo Radomysler
Rafael Patury Carneiro Leão

Para fins de esclarecimento, a composição do Conselho de Administração ora proposta, caso aprovada, implica na manutenção dos 5 (cinco) atuais membros efetivos do Conselho de Administração, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de setembro de 2023.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária, processo de voto múltiplo ou votação em separado.

Caso haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo, será divulgado na Assembleia o número de votos necessários para garantir a eleição de ao menos um membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos acionistas nela presentes. A cada ação será atribuído o mesmo número de votos quantos sejam os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos em um único candidato ou distribuí-los entre vários, conforme previsto no Artigo 141

da Lei das S.A. Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

Na hipótese de adoção do processo de voto múltiplo, os votos proferidos por acionistas que, via boletim de voto a distância, tenham optado por “ABSTER-SE” no item de distribuição prévia de votos nos candidatos informados no boletim, são considerados como abstenções na respectiva deliberação da Assembleia, de modo que os votos de tais acionistas não serão computados no quórum de deliberação e, portanto, tais acionistas não participarão da eleição dos membros do conselho de administração.

Ressalta-se que, considerando o capital social da Companhia no último dia do mês anterior à convocação da Assembleia, é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo, na forma do disposto no Artigo 141 da Lei das S.A. e na Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, observado que tal requisição deverá ser apresentada pelos acionistas interessados no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia.

Adicionalmente à adoção do processo de voto múltiplo, o Artigo 141, § 4º, da Lei das S.A. garante aos acionistas minoritários o direito de exigir a realização de uma votação separada para a eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração. Tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais, em linha com o entendimento do Colegiado da CVM a respeito do tema, terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia, excluído o acionista controlador, a maioria dos acionistas titulares de ações que detenham, pelo menos, 10% (dez por cento) do total das ações com direito a voto da Companhia.

Esclarece-se que, tendo em vista que a Companhia está listada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia, dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado. Também será considerado conselheiro independente o membro eventualmente eleito mediante exercício do direito de eleição em separado dos acionistas minoritários, previsto no Artigo 141, § 4º, da Lei das S.A.

Os candidatos às vagas de conselheiros independentes indicados acima, quais sejam, o Sr. Claudio Roberto Ely e a Sra. Carla Alessandra Trematore, apresentaram declarações atestando o seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no

artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado, observado, ainda, o disposto no Artigo 22, § 1º, do Estatuto Social da Companhia. Após análise prévia interna pela Companhia quanto ao cumprimento dos requisitos aplicáveis para a caracterização da independência dos indicados a membros independentes do Conselho de Administração, o Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente ao enquadramento dos candidatos acima nos critérios de independência e, portanto, recomenda aos acionistas que aprovem, no âmbito da AGO, tal enquadramento.

O Conselho de Administração da Companhia avaliou a indicação e confirmou que os candidatos a membros do Conselho de Administração constantes desta Proposta estão aderentes à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária da Companhia.

O **Anexo D** traz as informações completas sobre os candidatos que compõem a chapa indicada pela Administração da Companhia, nos termos do Artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81.

1.5. A proposta da Administração acerca da fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2025

Para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, a Administração propõe à Assembleia a aprovação da remuneração global anual de até R\$ 23.700.000,00 (vinte e três milhões e setecentos mil reais) para os Administradores da Companhia, líquido das contribuições previdenciárias aplicáveis, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 26(h) do Estatuto Social da Companhia, distribuir referido valor entre os Diretores e Conselheiros, dentro do limite ora proposto, se aprovado.

O valor da remuneração global ora proposto compreende a remuneração da Administração no período de janeiro a dezembro de 2025, e inclui remuneração fixa, variável (considerando o patamar máximo atingível), direta e indireta, bem como benefícios de qualquer natureza e os montantes a serem reconhecidos no resultado da Companhia em decorrência dos planos de opção de compra de ações.

O valor proposto para a remuneração global dos Administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025 é de até R\$ 23.700.000,00 (vinte e três milhões e setecentos mil reais), frente ao valor de R\$ 13.400.000,00 (treze milhões e quatrocentos mil reais) proposto para a remuneração global dos Administradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2024 ("AGO 2024").

O aumento se dá em razão da alteração do número de Diretores Estatutários da Companhia, o qual passou **de** 04 (quatro) **para** 10 (dez) membros estatutários, conforme deliberado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 28 de fevereiro de 2025 e em 10 de março de 2025.

Informações adicionais sobre a remuneração dos administradores prevista para exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, a proposta de remuneração dos administradores e as informações indicadas na Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia constam do **Anexo E** e **Anexo F**, respectivamente.

Permanecemos à disposição de V. Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Rafael Patury Carneiro Leão
Presidente do Conselho de Administração

Silvio Stagni
Diretor Presidente

ANEXO A
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria

(documento segue na próxima página)

**Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário sobre o
exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração da Allied Tecnologia S.A.

São Paulo - SP

O Comitê de Auditoria ("CAE") da Allied Tecnologia S.A. ("Companhia") e suas controladas é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, implantado conforme regulamentação e legislação brasileira vigentes, e atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao CAE assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de supervisionar: (i) a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (ii) a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iv) a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o CAE desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) reuniões com a Administração e com gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação da estrutura, planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos, *compliance* e de gerenciamento de riscos; (vi) avaliação de transações entre partes relacionadas e suas divulgações; (vii) acompanhamento dos relatos no Canal de Compliance e das ações adotadas pela Administração; e (viii) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras. Todas as reuniões mantidas foram registradas em atas e assinadas por seus membros, sendo devidamente arquivadas na sede social da Companhia.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, devendo manter controles internos considerados por ela necessários para permitir sua elaboração livre de distorção relevante. Também é de sua responsabilidade o gerenciamento dos riscos das operações e a implantação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente, a cargo da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), é responsável por examinar as demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

A auditoria interna tem como responsabilidade avaliar a eficácia dos controles internos, do gerenciamento de riscos e dos processos que assegurem a conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, bem como com as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia. O foco da auditoria interna está na cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam riscos mais sensíveis às operações e que podem ter impactos significativos na implementação da estratégia da Companhia

O CAE manteve canais regulares de comunicação com os auditores independentes; avaliou e discutiu o plano de trabalho de auditoria; acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados; e avaliou, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O CAE avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com a Deloitte as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. Também manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração e com a Administração da Companhia e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação. Como resultado do trabalho de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE, não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

O CAE não teve ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade operacional da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, conforme previsto no seu Regimento Interno, procedeu à análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do relatório da Deloitte, emitido sem ressalvas, e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Considerando, ainda, as informações prestadas pela Administração da Companhia e por seus auditores independentes, os membros do CAE, por unanimidade, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de

Administração, recomendando que esse Colegiado aprove e autorize a emissão e publicação das referidas demonstrações financeiras.

São Paulo, 26 de março de 2025.

CARLOS ELDER MACIEL DE AQUINO
Coordenador

GEYSON BRUNO GIGLIO SILVA
Membro

CARLA ALESSANDRA TREMATORE
Especialista Financeira

ANEXO B
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Comentários dos Diretores
(Seção 2 do Formulário de Referência da Companhia)

(documento segue na próxima página)

Comentários dos Diretores
(Seção 2 do Anexo C da Resolução CVM 80/2022)

2.1 - CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

As informações contidas nos itens 2.1 a 2.11 abaixo, exceto quando expressamente indicado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o cenário econômico brasileiro, com o aumento dos juros, da taxa cambial e endividamento das famílias fizeram com que nosso segmento fosse adversamente afetado. Ainda assim, a Administração entende que a Companhia foi bem-sucedida em identificar boas oportunidades de negócios, um eficiente controle do caixa e dívida, mostrando-se uma empresa rentável, diversificada e resiliente.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia tenha condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio prazo e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis são suficientes para atender ao financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

O entendimento dos Diretores acerca das condições financeiras e patrimoniais da Companhia está baseado nas demonstrações financeiras consolidadas e informações trimestrais consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava um saldo de dívida bruta (representado pela soma de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil – circulante e não circulante) de R\$ 593.830 mil. Na mesma data, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 427.691 mil, com a Dívida Líquida, representada pela dívida bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa menos títulos e valores mobiliários (ativo circulante) de R\$ 165.869 mil, equivalente a 0,75 vezes o EBITDA Ajustado de 2024, e Dívida Líquida Ajustada (representada pela dívida líquida menos arrendamento mercantil - circulante e não circulante) de R\$ 77.767 mil, equivalente a 0,35 vezes o EBITDA Ajustado de 2024.

(b) Estrutura de Capital

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta, com base nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, em nossa visão, com suas

atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2024
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.891.252
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.588.986
Capital total (terceiros + próprio)	3.480.238
Parcela de capital de terceiros	54,34%
Parcela de capital próprio	45,66%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Administração acredita que a Companhia tem plenas condições de honrar os compromissos financeiros por ela assumidos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, por motivos macroeconômicos não conhecidos. Caso eventualmente a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, acredita que não terá dificuldades, considerando o atual relacionamento mantido com as diversas instituições financeiras e sua capacidade e histórico de honrar seus compromissos.

Os índices de liquidez geral (ativo total dividido pela soma do passivo circulante e não circulante) e corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2024 eram de 1,84 e 1,89, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$ 505.728 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) em aberto.

A tabela a seguir ilustra a evolução da dívida na Companhia:

(em R\$ mil, exceto onde indicado de outra forma)	Em 31/12/2024
Dívida Bruta ⁽¹⁾	593.830
Dívida Líquida Ajustada ⁽³⁾	77.767
Lucro Líquido Ajustado ⁽⁵⁾	128.887
EBITDA Ajustado ^{(4) (5)}	220.815
Dívida Líquida Ajustada ⁽²⁾ / EBITDA Ajustado ^{(4) (5)}	0,35x

(1) A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantil (circulante e não circulante). Para informações sobre a reconciliação, vide item 2.5 do Formulário de Referência da Companhia.

(2) A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante).

(3) Dívida Líquida Ajustada equivale ao total da soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa títulos e valores mobiliários (ativo circulante) e arrendamento mercantil (circulante e não circulante). Para informações sobre a reconciliação, vide item 2.5 do Formulário de Referência da Companhia.

(4) O EBITDA Ajustado (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada, e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido do exercício/período ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para informações sobre a reconciliação, vide item 2.5 do Formulário de Referência da Companhia.

(5) O EBITDA e o Lucro Líquido Ajustados em 2024 desconsideram (a) despesas gerais e administrativas, relacionado à descontinuidade das operações Store in Store do Varejo Físico; (b) Ganhos com a exclusão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS de 2012 a 2023; (c) impacto com perda estimada de crédito proveniente da deterioração do cenário de solvência de

cliente do canal Distribuição Brasil; e (d) encerramento da operação de crédito (Soudi). Para informações sobre a reconciliação, vide item 2.5 do Formulário de Referência da Companhia.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazo. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nesta data, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Para mais informações, veja o item 2.1 (f) deste documento, onde estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) que totalizavam R\$ 505.728 mil.

A tabela abaixo demonstra as principais modalidades e características das operações, como taxa de juros, saldo devedor (em R\$ mil) e distribuição de curto e longo prazo, em 31 de dezembro de 2024:

		Em 31 de dezembro de
Modalidade	Encargos Financeiros	2024
5ª Emissão de Debêntures	CDI + 2,22% / 2,00% a.a. ²	248.025
6ª Emissão de Debêntures	CDI + 2,60% a.a.	217.699
Empréstimo financeiro direto (4131)	CDI + 2,78% a.a.	40.004
Total		505.728
Circulante		123.214
Não Circulante		382.514

² Em razão do 1º Aditamento da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, aprovada em sede de Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 21 de dezembro de 2023, os encargos financeiros, a partir de 26 de dezembro de 2023, passou **de** CDI + 2,00% a.a. **para** CDI + 2,22% a.a.

A seguir, apresentamos uma breve descrição das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

5ª emissão de debêntures

Em 26 de maio de 2022, foram emitidas 296.000 (duzentas e noventa e seis mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e de valor unitário de R\$1 mil. Sobre o valor nominal não resgatado das debêntures, havia a incidência de juros remuneratórios correspondentes de 100% (cem por cento) da variação acumulada do CDI, acrescida de *spread* de 2,00% (dois por cento) a.a., calculados pro rata temporis, devida trimestralmente a partir de 26 de agosto de 2022. O prazo das debêntures, desde a emissão até o vencimento, era de 60 meses, com liquidações semestrais após período de carência de 18 meses, conforme tabela de amortização constante na escritura de emissão.

Em razão do 1º Aditamento da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, aprovada em sede de Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 21 de dezembro de 2023: (i) a Data de Vencimento das Debêntures (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme aditada) passou **de** 26 de maio de 2027 **para** 26 de dezembro de 2028; (ii) o *spread* incidente na Remuneração (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme aditada), que antes era de 2,00% (dois por certo) passou a ser, a partir de 26 de dezembro de 2023 (exclusive), de 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento); (iii) foram alteradas as Datas de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme aditada); (iv) foram alteradas as Datas de Amortização (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme aditada); e (v) foram alterados os período de carência para realização do (v.a) Resgate Antecipado Total Facultativo **de** 26 de junho de 2024 **para** 26 de dezembro de 2025 e da (v.b) Amortização Extraordinária Facultativa **de** a qualquer tempo **para** 26 de dezembro de 2025.

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações da emissora junto aos credores, a Companhia constituiu, em favor dos credores, garantia real, na forma de cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável (i) de direitos creditórios de titularidade da Emissora oriundos da comercialização de produtos, representados por boletos de cobrança a serem emitidos pela Emissora, que deverão corresponder a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo devedor das Debêntures, durante toda a vigência da Emissão; e (ii) dos direitos detidos pela Emissora sobre 1 (uma) conta vinculada de sua titularidade, movimentável única e exclusivamente nos termos do contrato de administração de conta celebrado entre a Companhia e o banco depositário, com a interveniência do Agente Fiduciário na qual são depositados os Direitos Creditórios, bem como de todos e quaisquer recursos e/ou valores depositados ou que venham a ser depositados nas Contas Vinculadas, a qualquer tempo, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, conforme constituído nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário.

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações da emissora junto aos credores foi mantida

a mesma estrutura de garantia real vigente em 21 de dezembro de 2023.

Além disso, em sede de Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023, a Companhia aprovou a realização do Evento de Amortização Extraordinária (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures), de 15,5405% do saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão de Debêntures) com a dispensa do pagamento do prêmio previsto na Cláusula 5.2.3 de tal instrumento, conforme aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas realizada nesta mesma data, tendo tal Evento de Amortização Extraordinária ocorrido em 26 de dezembro de 2023.

6ª emissão de debêntures

Em 15 de dezembro de 2023, foram emitidas 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da Companhia ("6ª Emissão de Debêntures"), cujo valor unitário é de R\$1 mil.

Sobre o Valor Nominal Unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações da emissora junto aos credores, a Companhia constituiu, em favor dos credores, garantia real, na forma de cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável (i.) de direitos creditórios de titularidade da Companhia oriundos da comercialização de produtos, representados por boletos de cobrança a serem emitidos pela Companhia, que deverão corresponder a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo devedor das Debêntures (conforme definido na escritura de emissão), durante toda a vigência da Emissão (conforme definido na escritura de emissão) ("Direitos Creditórios" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente); e (ii.) dos direitos detidos pela Companhia sobre 1 (uma) conta vinculada de sua titularidade, movimentável única e exclusivamente nos termos do contrato de administração de contas a ser celebrado entre a Companhia e o banco depositário, na qual serão depositados os Direitos Creditórios, bem como, de todos e quaisquer recursos e/ou valores depositados ou que venham a ser depositadas em tal conta vinculada, a qualquer tempo, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, ("Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "Garantia Real").

Os recursos líquidos captados por meio da 6ª Emissão foram destinados (i) para liquidação da totalidade do saldo devedor das dívidas da Companhia representadas pelas debêntures emitidas no âmbito da 4ª Emissão da Companhia; e (ii) para o capital de giro da Companhia.

A operação garantiu uma melhor estruturação da dívida da Companhia no curto prazo.

Outras informações sobre as debêntures da Companhia estão descritas na seção 12.3 deste Formulário de Referência.

Empréstimo financeiro direto (4131)

A Companhia avalizou o contrato de Empréstimo Financeiro Direto (conforme lei 4.131), contratado junto ao banco Santander, no montante de R\$ 80.000 mil, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação do CDI (Certificado de depósito interbancário) acrescida de 2,78% ao ano. Esse empréstimo foi realizado pela Soudi Pagamentos Ltda, o então braço de financiamento digital da Allied, para suportar a operação e a expansão da carteira de clientes dessa empresa. Com a incorporação da Soudi Pagamentos Ltda. pela Companhia em 24 de outubro de 2024, o contrato foi aditado para constar a Companhia como devedora principal, sem alterações nas condições financeiras do empréstimo. Conforme amortização prevista, a Companhia quitou R\$ 40,0 milhões de principal em dezembro de 2024.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores informam que, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía outras operações de curto ou longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, a Companhia possui relações comerciais com diversas instituições financeiras nacionais visando ao acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Esses relacionamentos, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento das atividades da Companhia por meio de empréstimos e financiamentos.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2024 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Restrições impostas ao emissor em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os Diretores informam que 92% (noventa e dois por cento) da dívida bancária da Companhia possui restrições relacionadas ao descumprimento de obrigações pecuniárias e no cumprimento de *covenants* financeiros. Nesta data, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros que são mensurados anualmente, e são medidos conforme abaixo:

- Dívida Líquida/EBITDA³: deve ser igual ou inferior a 2,5 vezes.

³ EBITDA para fins de *covenants* significa o lucro líquido do período (incluindo o lucro líquido do período das empresas adquiridas que venham a ser controladas pela Emissora e ainda não consolidadas), revertidos os impactos do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, todos esses relativos aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração. "Resultado Não Operacional" significa a venda de ativos, provisões, reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo; impairment, ganhos por valor justo/atualização de ativos (sem efeito caixa) e Despesas Pontuais de Reestruturação (conforme definido na Escritura de Emissão).

A Companhia esclarece que a Dívida Líquida, para efeito de *covenants* financeiros⁴, foi de R\$ 81,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, o equivalente a 0,4x o EBITDA ajustado do ano.

Nenhuma dívida bancária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 impunha restrição quanto à distribuição de dividendos aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2024, todos os contratos de empréstimo e financiamento relevantes, representando 100% dos empréstimos, financiamentos e debêntures registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, continham cláusula de *cross-default* e/ou *cross-acceleration*, conforme tabela abaixo.

Contrato	Valor (R\$ mil)	Cross-aceleration	Threshold cross-aceleration (R\$ mil)	Cross-default	Threshold cross-default
5ª Emissão de Debêntures	248,025	Declaração de vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia e/ou qualquer de suas controladas (ainda que na condição de garantidora), incluindo aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, perante qualquer outro credor ou grupo de credores.	R\$ 20.000		
6ª Emissão de Debêntures	217.699	Automático	R\$ 20.000 enquanto houver debêntures da 5ª Emissão em circulação R\$ 30.000 caso não haja mais debêntures da 5ª Emissão em circulação	Inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas, de qualquer dívida ou obrigação pecuniária junto a qualquer credor ou grupo de credores, não sanado no respectivo prazo de cura. Não automático	R\$ 40.000
Empréstimo financeiro direto (4131)	40.004	N/A	N/A	Se a Soudi Pagamentos S.A.e/ou a Companhia	N/A

⁴ Dívida Líquida, para efeito de *covenants* financeiros, equivale ao total da soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), contas a pagar por aquisição de empresas, parcelamentos tributários, deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante).

				garantidores e/ou sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Soudi e/ou pela Companhia, inclusive no exterior, inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos e/ou descontos celebrados com o credor e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelo credor, ou com terceiros, inclusive no exterior, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos por culpa da Soudi, da Companhia e/ou de quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Soudi ou pela Companhia.	
Total	505.728	N/A	N/A	N/A	N/A

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de

financiamento, cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O termo "AV" e "AH", que constam nas colunas de determinadas tabelas a seguir, significam "Análise Vertical" e "Análise Horizontal", respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31/12/2024	AV%	Exercício Social encerrado em 31/12/2023	AV%	AH% 2024 x 2023
Receita líquida de vendas	5.521.381	100,0%	5.854.915	100,0%	-5,7%
Custos dos produtos vendidos	-4.863.900	-88,1%	-5.176.618	-88,4%	-6,0%
Lucro bruto	657.481	11,9%	678.297	11,6%	-3,1%
Receitas/(despesas) operacionais					
Com vendas	-392.091	-7,1%	-374.490	-6,4%	4,7%
Gerais e administrativas	-133.794	-2,4%	-124.722	-2,1%	7,3%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-
Outras receitas operacionais, líquidas	57.243	1,0%	37.550	0,6%	52,4%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	188.839	3,4%	216.635	3,7%	-12,8%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	-139.922	-2,5%	-162.415	-2,8%	-13,8%
Receitas financeiras	52.104	0,9%	44.900	0,8%	16,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	101.021	1,8%	99.120	1,7%	1,9%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	7.026	0,1%	-7.026	-0,1%	-200,0%
Diferido	37.485	0,7%	30.350	0,5%	23,5%
Lucro líquido do exercício	145.532	2,6%	122.444	2,1%	18,9%

O detalhamento realizado abaixo considera os números contábeis mostrados na tabela acima. A Companhia realizou alguns ajustes ao seu resultado contábil, que são apresentados nos relatórios de resultados trimestrais e anual ao mercado, de forma a melhor refletir a operação da Companhia, sem efeitos entendidos como não-recorrentes. Sobre o caráter dos referidos ajustes, cabe observar:

Ajustes não recorrentes ao resultado de 2024:

(i) Operação Descontinuada

No 2T24 apresentamos um ajuste ao resultado contábil de R\$ 1,1 milhão em despesas gerais e administrativas, relacionado à descontinuidade das operações Store in Store do Varejo Físico, encerradas em 2021.

(ii) Exclusão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e COFINS

Em 12 de julho de 2024, com o trânsito em julgado da ação judicial para exclusão do ICMS e ICMS ST na base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia iniciou o processo de habilitação dos créditos para seu consumo. O impacto dos créditos no resultado do 3T24 foi de R\$ 48,9 milhões em EBITDA e R\$ 39,8 milhões em lucro líquido.

Os impactos de atualização monetária e de incidência de imposto de renda e contribuição social referentes aos itens (i) e (ii) mencionados acima foram refletidos, respectivamente, nas linhas de receita financeira e imposto de renda e CSLL não recorrentes para cálculo do lucro líquido ajustado.

(iii) Deterioração do cenário de crédito de cliente da Distribuição Brasil

No 3T24 foi contabilizada uma provisão para perda estimada de crédito proveniente da deterioração do cenário de solvência de um cliente do canal Distribuição Brasil. O impacto foi de R\$ 12,5 milhões em EBITDA e R\$ 8,2 milhões em lucro líquido.

(iv) Encerramento da operação de crédito (Soudi)

No 3T24, foram contabilizadas despesas relacionadas ao encerramento da operação de concessão de crédito aos consumidores através da plataforma Soudi. O impacto, principalmente relacionado à provisão para perda com créditos da carteira foi de R\$ 14,3 milhões em EBITDA e R\$ 14,2 milhões em lucro líquido.

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas em 2024 totalizou R\$ 5.521,4 milhões, representando uma redução de R\$ 333,5 milhões, ou 5,7%, em comparação com R\$ 5.854,9 milhões em 2023, principalmente devido a:

1. Distribuição: redução de R\$ 491,3 milhões na receita líquida se comparado a 2023, atingindo R\$4.071,5 milhões, dos quais R\$1.289,2 milhões foram oriundos da operação de Distribuição Internacional e R\$2.782,3 milhões da operação de Distribuição Brasil.
2. Varejo Digital: aumento de R\$ 92,4 milhões, ou 11,6%, na receita líquida do canal. Esse resultado decorreu principalmente, devido (i) ao aumento do consumo online de algumas das principais categorias, entre elas notebooks e impressoras; e (ii) ao aumento do ticket médio, especialmente na venda de celulares.
3. Varejo Físico: aumento de R\$ 65,4 milhões, ou 13,3%, comparado com a receita líquida de 2023. Vale ressaltar que a Companhia tinha, ao final de 2023, 122 pontos de venda de varejo físico. Após um processo de depuração e rentabilização, a Companhia encerrou o ano de 2024 com 113 pontos de venda.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2024 foi de R\$ 4.863,9 milhões, comparado a R\$ 5.176,6 milhões em 2023, o que representou uma redução de R\$ 312,7 milhões ou 6,0% frente ao

ano anterior. Essa redução percentual foi ligeiramente superior a queda do volume de vendas.

Lucro bruto

O lucro bruto em 2024 foi de R\$ 657,5 milhões, comparado a R\$ 678,3 milhões em 2023, o que representou uma redução de R\$ 20,8 milhões ou 3,1%. O lucro bruto representou 11,9% e 11,6% da receita líquida de vendas em 2024 e de 2023, respectivamente. A redução do lucro bruto é atribuída principalmente a mudança no mix de receita entre os canais da Companhia, com maior representatividade da Distribuição Internacional, que possui margem bruta mais baixa em comparação com os demais canais.

Despesas com vendas

As despesas com vendas em 2024 totalizaram R\$ 392,1 milhões, representando um aumento de R\$ 17,6 milhões, ou 4,7%, em comparação com os R\$ 374,5 milhões totalizados em 2023. Os principais fatores que influenciaram nestas comparações com 2023 estão relacionados (i) ao aumento de despesas com perda estimada com créditos em liquidação duvidosa em R\$ 39 milhões; (ii) ao aumento com taxas administrativas do cartão de crédito em R\$ 3 milhões; e (iii) à diminuição nas perdas com créditos concedidos em R\$ 18 milhões.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas em 2024 foram de R\$ 133,8 milhões, comparadas a R\$ 124,7 milhões em 2023, o que representou um aumento de R\$ 9,1 milhões ou 7,3% frente ao ano anterior. As despesas gerais e administrativas representaram 2,42% e 2,13% da receita líquida de vendas em 2024 e de 2023, respectivamente. Este resultado foi motivado, principalmente, pelo aumento de (i) R\$ 5,6 milhões nas despesas processuais e contingências; e (ii) R\$ 1 milhão com seguros patrimoniais.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas, em 2024 totalizaram R\$ 57,2 milhões, comparadas a R\$ 37,5 milhões em 2023, o que representou um aumento de R\$ 19,7 milhões. Outras receitas operacionais, líquidas, representaram 1% e 0,6% da receita líquida de vendas em 2024 e de 2023, respectivamente. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido (i) ao impacto não recorrente em 2024 de R\$ 55,3 milhões referente à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS, conforme mencionado nos Ajustes não recorrentes ao resultado de 2024, acima.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro em 2024 foi negativo em R\$ 87,8 milhões, comparado ao valor negativo de R\$ 117,5 em 2023, o que representou uma redução de R\$ 29,7 milhões ou 25,3 % frente ao ano anterior. O resultado financeiro representou 1,6% e 2% da receita líquida de vendas de 2024 e de 2023, respectivamente. Essa redução é atribuída principalmente (i) à redução dos índices de correção dos contratos e instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 2023; (ii) liquidação no final de 2023 de empréstimos de curto prazo em Miami; e (iii) a redução da utilização de operações de risco sacado para operações com capital de giro com custo financeiro incorrido pela Companhia.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2024 foi de R\$ 101,0 milhões,

comparados a R\$ 99,1 milhões em 2023, o que representou um aumento de R\$ 1,9 milhões. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 1,8% e 1,7% da receita líquida de vendas em 2024 e de 2023, respectivamente. Este aumento é atribuído aos fatores explicados acima.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido em 2024 foi de R\$ 44,5 milhões, comparada a um valor de R\$ 23,3 milhões em 2023, o que representou um aumento de R\$ 21,2 milhões. A despesa com imposto de renda e contribuição social representou 0,8% e 0,4% da receita líquida de vendas de 2024 e de 2023, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício em 2024 foi de R\$ 145,5 milhões, comparado a R\$ 122,4 milhões em 2023, o que representou um aumento de R\$ 23,1 milhões ou 18,9%. O lucro líquido do exercício representou 2,6% e 2,1% da receita líquida de vendas de 2024 e de 2023, respectivamente. Esse aumento é atribuído à conjunção de todos os fatores detalhados acima.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa gerencial consolidado da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31/12/24
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.299.081
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos ⁽¹⁾	9.140
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento ⁽¹⁾⁽²⁾	-1.415.880
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	-107.659

(1) Considera o efeito de variação cambial do balanço de investida

(2) Considera as rubricas de Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento e Caixa líquido aplicado atividades de financiamento com acionistas.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Caixa líquido oriundo das atividades operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais totalizou R\$ 1.299.1 milhões em 2024, R\$ 811 milhões abaixo com relação a 2023. A geração de caixa operacional em 2024 é justificada principalmente:

- (i) Pelo impacto positivo de R\$ 1.005,7 milhões na conta de fornecedores;
- (ii) Pelo resultado de R\$ 101 milhões em lucro antes do imposto de renda e contribuição social somado a ajustes para efeito caixa de R\$ 96,7 milhões ao lucro; e
- (iii) Pela diminuição dos ativos em contas a receber e estoques, com impacto caixa de R\$ 4,6 milhões e R\$ 85,7 milhões, respectivamente.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (ajustado pelo efeito da variação cambial no caixa da controlada) totalizou R\$ 9,1 milhões em 2024, comparado a R\$ 13,5 milhões negativos em 2023. Essa geração de R\$ 22,7 milhões é justificada, principalmente pela variação cambial sobre caixa de empresa investida ou controlada no exterior.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (ajustado pelo caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento com acionistas) consumiu R\$ 1.415,9 milhões em 2024, comparado a um consumo de R\$ 1.703,5 milhões em 2023. O consumo de caixa em 2024 pode ser explicado, principalmente, (i) pela quitação de R\$ 1.065,5 milhões em fornecedores conveniados, como uma das ferramentas de gestão de capital de giro usadas pela Companhia; (ii) pelo pagamento de R\$ 258,6 milhões em empréstimos e financiamentos ao longo do ano de 2024; e (iii) pelo pagamento de R\$ 189,9 milhões em proventos aos acionistas.

2.2 - RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO**(a) Resultados das operações do emissor****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Os Diretores acreditam que as bases de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram (i) o canal de distribuição Brasil da Companhia, que possui uma carteira de clientes de presença nacional e regional, e que representou 50,4% da receita líquida de vendas em 2024; (ii) o canal de distribuição Internacional da Companhia, que atende aproximadamente 20 distribuidores e varejistas, concentrados em 16 diferentes países latino-americanos, e que representou 23,4% da receita líquida de vendas em 2024; (iii) a operação no varejo digital da Companhia, que alcança todas as regiões brasileiras, que representou cerca de 16,1% da receita líquida de vendas em 2024; e (iv) a operação da Companhia no varejo físico, que está fortemente presente na região Sudeste do país, que representou cerca de 10,1% da receita líquida de vendas em 2024.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores:

- (i) Poder de compra dos consumidores: o setor de atuação da Companhia é sensível às alterações no poder de compra dos consumidores.
- (ii) Taxa de juros: o aumento da taxa de juros faz com que a Companhia diminua o parcelamento de produtos com valor agregado alto, ou cobre juros por isso, podendo afetar negativamente o volume de vendas da Companhia.

- (iii) Dólar: a taxa de câmbio afeta os resultados operacionais da operação brasileira dado que parte dos produtos comprados pela Companhia para revenda são negociados com fornecedores multinacionais e, portanto, possuem dólar como moeda de referência.
- (iv) Comportamento de compra do consumidor: buscamos entender onde podemos melhorar nossas operações e continuar entregando a melhor experiência de compra possível, seja pelo nosso canal digital ou físico. Podemos ser afetados em razão da variação de preferências e tendências de compra do consumidor.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os Diretores afirmam que a Companhia tem sido capaz de repassar aos clientes as variações positivas ou negativas nos custos dos nossos produtos. Tais variações podem ser causadas pelas oscilações na inflação, na taxa de juros, e na taxa de câmbio, além de mudança na legislação do setor de atuação da Companhia. Os Diretores ressaltam, ainda, que não houve variações relevantes nas receitas da Companhia em razão da oferta de novos produtos ou serviços.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os Diretores acreditam que os negócios da Companhia são afetados diretamente pelo cenário macroeconômico brasileiro. Alterações nas taxas de juros de curto e longo prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra dos nossos clientes e consumidores, afetando adversamente a confiança nas condições econômicas futuras, a propensão a consumir e a capacidade de adimplência.

Os Diretores da Companhia também acreditam que pequenas variações nos índices de inflação e dólar sejam repassadas aos clientes. Entretanto, um aumento significativo na inflação poderia afetar adversamente os negócios, reduzindo o poder de compra da população e, conseqüentemente, a sua propensão a consumir. Em contrapartida, uma redução na inflação teria o efeito inverso, afetando positivamente o consumo dos produtos da Companhia. Em relação ao dólar, um aumento significativo da cotação dessa moeda em relação ao real, por exemplo, encareceria os produtos vendidos, reduzindo a sua demanda; já uma redução significativa estimularia a venda dos produtos ofertados pela Companhia no mercado.

Em relação à taxa de juros da economia, os Diretores acreditam que ela possua uma elevada influência nos resultados da Companhia. Um aumento da taxa de juros encareceria o acesso ao crédito, reduzindo, portanto, o consumo no país, o que afetaria adversamente as fontes de receita da Companhia. Além disso, como nossas fontes de financiamento estão principalmente fixadas ao CDI, um aumento da taxa de juros encareceria nossos compromissos financeiros.

2.3 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS - RESSALVAS E ÊNFASE NO PARECER DO AUDITOR

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis da nossa Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não aponta ênfases ou ressalvas.

2.4. EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 24 de outubro de 2024, Companhia incorporou a Soudi Pagamentos Ltda. ("Soudi"), que anteriormente era 100% controlada pela Companhia, visando a otimização da estrutura de capital e de gestão de ambas as empresas, com a consequente extinção da Soudi e a aversão do seu patrimônio líquido para a Companhia, com a sucessão em todos os ativos, bens, direitos, benefícios, licenças, pretensões, faculdades, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições e responsabilidades.

Vale ressaltar ainda que: (i) a incorporação ocorreu sem aumento de capital da Companhia; (ii) as cotas de emissão da Soudi de titularidade da Companhia foram extintas no ato da incorporação; e (iii) a incorporação não resultou na emissão de novas ações pela Companhia.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5. MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 as seguintes medições não contábeis:

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 156/22"), conciliada com as demonstrações financeiras e com as informações contábeis intermediárias da Companhia, e consiste no lucro (prejuízo) líquido do período/exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social e despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156/22 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156/22.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA excluindo os efeitos considerados pela Companhia como não recorrentes listados acima no item 2.1(h).

A Margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida de vendas

Seguem, abaixo, os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
EBITDA	241.733
Margem EBITDA	4,4%
EBITDA Ajustado	220.814
Margem EBITDA Ajustado	4,0%

Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

A Companhia apresenta o Lucro Líquido Ajustado como forma de avaliação do seu rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

O Lucro Líquido Ajustado foi calculado com base no lucro líquido do período, excluindo os efeitos dos itens 2.1(h) mencionados acima.

O Lucro Líquido Ajustado e a Margem Líquida Ajustada não são medidas de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Lucro Líquido Ajustado e a Margem Líquida Ajustada de maneira diferente da Companhia.

Seguem abaixo os valores do Lucro Líquido Ajustado e da Margem Líquida Ajustada da Companhia para o último exercício social:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Lucro Líquido	145.532
Lucro Líquido Ajustado	128.887
Receita Líquida	5.521.381
Margem Líquida Ajustada	2,3%

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantil (circulante e não circulante). A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante).

A Dívida Líquida Ajustada (Caixa Líquido Ajustado) equivale ao total da soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários (ativo circulante) e arrendamento mercantil (circulante e não circulante).

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem, abaixo, os valores da Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada:

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2024
Dívida Bruta	593.830
Dívida Líquida	165.869
Dívida Líquida Ajustada	77.767

Fluxo de Caixa Operacional e de Financiamento Ajustados

A Companhia apresenta os fluxos de caixa operacional e financeiro ajustados como forma de avaliação da sua geração (ou consumo) de caixa operacional. O fluxo de caixa de investimento mostrado abaixo considera o efeito de variação cambial do balanço de investida.

A Companhia entende que os fluxos de caixa operacional e financeiro ajustados possibilitam uma avaliação mais efetiva da sua geração (ou consumo) de caixa operacional. Nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as operações relativas a convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com seus principais clientes e fornecedores operações de capital de giro (também chamadas de operações de risco sacado) são classificadas como atividade de financiamento. Como parte dessas operações não tem custo financeiro para a Companhia, entendemos que uma análise gerencial do fluxo de caixa deve ser realizada fazendo a reclassificação dessas operações para o fluxo de caixa operacional.

O fluxo de caixa de investimento ajustado é calculado pela soma do caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimento e do efeito da variação cambial no caixa da controlada.

O fluxo de caixa operacional ajustado, o fluxo de caixa de investimento ajustado e o fluxo de caixa de financiamento ajustado não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular o fluxo de caixa operacional ajustado e o fluxo de caixa de financiamento ajustado de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem, abaixo, os valores do Fluxo de Caixa Operacional e de Financiamento Ajustados:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Fluxo de caixa operacional ajustado	235.699
Fluxo de caixa de investimento ajustado	9.140
Fluxo de caixa de financiamento ajustado	--352.498
Fluxo de caixa total	-107.659

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliações:

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	145.532
(+) Resultado financeiro líquido	87.818
(+) Depreciação e amortização	52.894
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	-44.511
EBITDA	241.733
Receita operacional líquida	5.521.381
Margem EBITDA	4,4%
(-) Outras despesas e receitas operacionais, líquidas ⁽¹⁾	-20.919
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	220.814
Margem EBITDA Ajustada⁽¹⁾	4,0%

⁽¹⁾ Ajustes ao resultado recorrente em 2024, conforme listado no item 2.1(h).

Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	145.532
(-) Outras despesas e receitas operacionais, líquidas ⁽¹⁾	-20.919
(-) Receitas financeiras	-7.543
(+) Imposto de renda e Contribuição social ⁽¹⁾	11.817
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício⁽¹⁾	128.887
Receita Líquida	5.521.381
Margem líquida ajustada⁽¹⁾	2,3%

⁽¹⁾ Ajustes ao resultado recorrente em 2024, conforme listado no item 2.1(h).

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2024
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (Circulante)	123.214
(+) Arrendamento mercantil (Circulante)	25.741
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (Não Circulante)	382.514
(+) Arrendamento mercantil (Não Circulante)	62.361
Dívida Bruta⁵	593.830
(-) Caixa e equivalentes de caixa	427.961
Dívida Líquida	165.869
(-) Arrendamento mercantil (Circulante)	25.741
(-) Arrendamento mercantil (Não Circulante)	62.361
Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)	77.767

⁵ A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Fluxo de Caixa Operacional, Fluxo de Caixa de Investimento e Fluxo de Caixa de Financiamento Ajustados

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	1.299.081
(+) Fornecedores sem custo financeiro ¹	-1.063.381
Fluxos de caixa operacional ajustado	235.700
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	-8.831
(+) Efeito de variação cambial no caixa da controlada	17.971
Fluxo de caixa das atividades de investimento ajustado	9.140
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-1.230.774
(+) Fluxo de caixa das atividades com os acionistas	-185.106
(-) Fornecedores convênio sem custo financeiro ¹	-1.063.381
Fluxo de caixa das atividades de financiamento ajustado	-352.499
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	-107.659

¹ Trata-se de operações relativas a convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os principais clientes e fornecedores da Companhia operações de capital de giro (operações de risco sacado).

(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

A Administração da Companhia entende que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores apropriados para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque demonstram o desempenho operacional a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência, demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado oferecem aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

A Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não devendo ser utilizados como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicadores de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

Como no EBITDA Ajustado, a Administração entende ser necessário expurgar os efeitos

mencionados no item 2.1(h) para refletir de forma mais acurada o lucro líquido da Companhia no ano de 2024, período no qual esses efeitos foram integralmente reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida e da Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, vide item 2.1(f) do Formulário de Referência.

Fluxo de Caixa Operacional, Fluxo de Caixa de Investimento e Fluxo de Caixa de Financiamento Ajustados

A Companhia entende que os fluxos de caixa operacional, de investimento e financeiro ajustados possibilitam uma avaliação mais efetiva da sua geração (ou consumo) de caixa operacional. Nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as operações relativas a convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com seus principais clientes e fornecedores operações de capital de giro (também chamadas de operações de risco sacado) são classificadas como atividade de financiamento. Como parte dessas operações não tem custo financeiro para a Companhia, entendemos que uma análise gerencial do fluxo de caixa deve ser realizada fazendo a reclassificação dessas operações para o fluxo de caixa operacional.

A Companhia entende, também, que o impacto da variação cambial sobre ativos e passivos da empresa investida no exterior deve ser analisado junto com o fluxo de caixa de investimentos. Por isso, adicionamos a linha de "efeito de variação cambial no caixa da controlada" ao fluxo de caixa de investimentos para a visão gerencial.

2.6. EVENTOS SUBSEQUENTES ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não houve evento subsequente às informações financeiras e contábeis referentes ao ano de 2024.

2.7. DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS

(a) Regras sobre retenção de lucros

O estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e

que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia também manterá a reserva de lucros estatutária denominada "reserva de lucros", que terá por fim investimentos em expansão, suporte ao capital de giro e/ou distribuições futuras de dividendos ou juros sobre capital próprio.

(b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

(c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A política de Destinação de Resultados da Companhia, aprovada em 28 de abril de 2022 pelo Conselho de Administração (disponível no website da Companhia: <https://ri.alliedbrasil.com.br>), prevê a distribuição anual de dividendos. Ademais, o Conselho de Administração também poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, mensal ou semestral.

(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.

(e) Se o emissor possui uma Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política formalmente aprovada em 28 de abril de 2022 pelo Conselho de Administração. A Política de Destinação de Resultados está disponível no website da Companhia:

<https://ri.alliedbrasil.com.br/Download.aspx?Arquivo=FyOK8LKnxKiQOriTVbU0Sw==&IdCanal=FPKg4NUAx4WiJrh8j9YKfw==>

2.8 - ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido

nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social ao encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9. - COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10. - PLANO DE NEGÓCIOS

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Administração da Companhia prevê o contínuo investimento para a expansão de seus negócios.

O gasto com investimentos realizados em 2024 totalizou R\$ 8.831 mil. Este montante inclui, principalmente, os gastos de capital relacionados a: (i) R\$ 5.804 mil em investimentos em tecnologia da informação/desenvolvimento; (ii) R\$ 2.474 mil em benfeitorias e mobiliário para os centros de distribuição, lojas de varejo físico ou para o escritório.

Além disso, a Companhia prevê para 2025 o total de R\$ 6.414 mil para investimentos relacionados a: (i) R\$ 4.100 mil em investimentos com tecnologia da informação/desenvolvimento para fomentar e acelerar negócios digitais; e (ii) R\$ 2.314 mil em renovação de pontos do varejo físico e expansão do varejo digital. Adicionalmente, na estratégia de crescimento inorgânico, a Companhia pode ter investimentos, não mensurados, para aquisição de outras empresas nos segmentos-alvo, quais sejam, de forma não exaustiva: marca própria, distribuição e serviços para empresas (B2B).

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamentos para os investimentos serão o caixa próprio gerado pelas operações e, quando necessário, recursos tomados no mercado financeiro.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Nesta data, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2022, com o final do ciclo dos primeiros clientes do Programa iPhone Pra Sempre, a Allied deu início a uma nova operação de compra e venda de produtos usados. Desde então, a Allied usa seus canais de venda para vender os produtos sob a marca Trocafy.

No ano de 2023, a Allied começou a fazer aquisição de telefones usados também através das operações de Varejo Físico sob a marca Samsung. No final de 2023, a Trocafy já fazia aquisição de aparelhos usados em 210 pontos de venda Samsung no país, incluindo os operados pela própria Allied. Esse modelo de negócio, além de aderente às iniciativas de ASG (Ambiental, Social e Governança), com promoção da economia circular, é alinhado aos fundamentos de crescimento de acordo com o seu direcionamento estratégico de buscar a liderança no mercado de recondicionados.

Em 2024, a Allied continuou seu plano de aquisição de aparelhos usados para a promoção da economia circular, fazendo acordos com as operadoras de telefonia Vivo e Claro para avaliação desses aparelhos quando o cliente o utilizar como forma de pagamento na troca por um novo nas lojas dessas operadoras.

2.11. - OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

Sobre operações de risco sacado realizadas pela Companhia:

As operações de risco sacado, em que os fornecedores antecipam seus recebíveis através de negociação envolvendo uma instituição financeira, são realizadas pela Companhia como uma ferramenta de gestão do seu capital de giro. Essas Operações estão classificadas nas Demonstrações Financeiras da Allied de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Em resumo:

- (i) As referidas operações são mostradas na linha "Fornecedores Convênio" do Balanço Patrimonial, sendo que o detalhamento é feito na nota explicativa número 13 das Demonstrações Financeiras;
- (ii) O custo das referidas Operações impacta a linha de despesas financeiras da Demonstração de Resultado ("DRE");
- (iii) A amortização e o pagamento de juros das referidas Operações estão refletidos no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, especificamente no Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento; e

(iv) Conforme explicado no item 2.5, a Companhia calcula o fluxo de caixa operacional ajustado e o fluxo de caixa de financiamento ajustado de forma considerar como fluxo de caixa operacional ajustado as amortizações das operações de risco ssacado sem custo financeiro para a Companhia.

ANEXO C
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Informações sobre a Destinação de Resultados exigida pela
Resolução CVM Nº 81/2022

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(documento segue na próxima página)

**Informações sobre a Destinação de Resultados exigida pela
Resolução CVM Nº 81/2022**

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$145.531.661,15 (cento e quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e um mil, seiscentos e sessenta e um reais e quinze centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A integralidade do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, após a dedução da reserva legal de R\$145.531.661,15 (cento e quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e um mil, seiscentos e sessenta e um reais e quinze centavos)., que totaliza R\$138.255.078,09 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, setenta e oito reais e nove centavos) será destinada ao pagamento de juros sobre capital próprio, já declarados ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 21 de março de 2024 e em 07 de novembro de 2024.

O pagamento dos juros sobre capital próprio declarados em 21 de março de 2024 foi efetuado em 31 de julho de 2024 e o pagamento dos juros sobre capital próprio declarados em 07 de novembro de 2024 será efetuado em duas parcelas, sendo a primeira em 15 de abril de 2025 e a segunda em 15 de outubro de 2025.

Não havendo, portanto, valor adicional a ser pago a título de dividendos ou juros sobre capital referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Descrição	Valor bruto por ação (R\$)	Valor total bruto (R\$)
Juros sobre capital próprio ⁶	1,46987655882	138.255.078,09

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido ajustado pela reserva legal distribuído com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 é de 100% (cem por cento).

⁶ Adicionalmente ao juros sobre capital próprio distribuídos à conta do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração declarou no decorrer do exercício juros sobre capital próprio adicionais no valor de R\$83.744.921,91 (oitenta e três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), o que corresponde a R\$0,89034485630 por ação ordinária de emissão da Companhia, totalizando R\$222.000.000,00 (duzentos e vinte dois milhões de reais) brutos ou R\$ 2,360221415 por ação ordinária de emissão da Companhia.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

O montante global equivale a R\$83.744.921,91 (oitenta e três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), o que corresponde a R\$0,89034485630 por ação ordinária de emissão da Companhia.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável, tendo em vista que a integralidade do lucro líquido ajustado pela reserva legal do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 já foi integralmente declarado a título de juros sobre capital próprio no decorrer do exercício.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável, tendo em vista que não houve apuração em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2024	2023	2022	2021
Lucro líquido do exercício R\$	145.531.661,15	122.444.047,65	76.145.894,75	288.230.635,77
Lucro por ação R\$	1,54723848300	1,313726844	0,82	3,09

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2024 ¹	2023	2022	2021
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos R\$	138.255.078,09	90.000.000,00	33.000.000,00	124.155.951,92
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação R\$	1,46	0,97	0,35	1,33

¹ Adicionalmente aos juros sobre capital próprio distribuídos à conta do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração declarou no decorrer do exercício juros sobre capital próprio adicionais no valor de R\$83.744.921,91 (oitenta e três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e um centavos) ou R\$0,89034485630 por ação ordinária de emissão da Companhia.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A Administração propõe a destinação de R\$7.276.583,06 (sete milhões, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e seis centavos) à reserva legal.

c. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustada na forma da lei, e não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social.

	2024
Lucro líquido do exercício	145.531.661,15
Reserva legal – 5%	7.276.583,06

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Segundo o artigo 42 do Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas dividendos mínimos correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, conforme previsão transcrita abaixo:

"Artigo 42 - O lucro líquido da Companhia apurado em qualquer exercício social terá a seguinte destinação:

(a) absorção de prejuízos acumulados ou apurados pela Companhia, se houver; (b) uma parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, observado ainda o disposto no artigo 193/ disposto no artigo 193§1º, da Lei das Sociedades por Ações;

(c) uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à formação de reserva para contingências efetivamente apontadas como prováveis pelos auditores independentes da Companhia, cuja constituição será devidamente aprovada em Assembleia Geral da Companhia;

(d) a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos poderá ser destinada para reserva de incentivos fiscais, nos termos do Artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações

(e) a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com base nas deduções previstas nos itens "a" à "d" acima e, caso aplicável, pelo acréscimo das importâncias decorrentes da eventual reversão da reserva para contingências formada em exercícios anteriores, será obrigatoriamente distribuída aos acionistas, a título de pagamento de dividendo mínimo obrigatório, sujeito às regras previstas nos artigos 197 e 202, §§4º e 5º, da lei das Sociedades por Ações;

(f) o lucro líquido remanescente terá a destinação dada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia com observância das regras previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Dessa forma, considerando que o capital social da Companhia é representado apenas por ações ordinárias, o dividendo obrigatório por ação é calculado dividindo-se o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após os ajustes previstos em lei, pelo número de ações ordinárias emitidas pela Companhia, descontadas as ações mantidas em tesouraria.

d. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, uma vez que a integralidade do lucro líquido ajustado pela reserva legal do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 já foi integralmente declarado a título de juros sobre capital próprio no decorrer do exercício.

e. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, visto que não haverá retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, visto que não haverá retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável**
- d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, visto que não haverá destinação à reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- b. Identificar o montante destinado à reserva**
- c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável, visto que não haverá retenção de lucros com base em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

- f. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO D
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Informações sobre a Destinação de Resultados exigida pela
Resolução CVM Nº 81/2022

INDICAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(documento segue na próxima página)

Proposta de Indicação de Membros do Conselho de Administração
(Seção 7 do Formulário de Referência da Companhia)

7.3. Composição e experiências profissionais dos indicados à eleição ao Conselho de Administração

Nome:	Rafael Patury Carneiro Leão	CPF:	010.144.304-88	Profissão:	Empresário	Data de Nascimento:	30/10/1982	
Experiência Profissional:	O Sr. Rafael Patury Carneiro Leão é graduado com honras em engenharia eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e MBA na Harvard Business School. É atualmente Managing Director na Advent do Brasil Consultoria Ltda., onde participou de vários investimentos relacionados aos setores de varejo, consumo e saúde, como Allied, Grupo CRM (Copenhague e Brasil Cacau), Merama, Grupo Big (antigo Walmart Brasil), Fleury, Grupo Cataratas, entre outros. É membro do Conselho de Administração do Grupo Cataratas. Trabalhou também como consultor na Bain & Company e também como engenheiro na Kuka Roboters, Alemanha. Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.							
Órgãos da Administração:								
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado		Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato	Descrição de outro cargo/função
Conselho de Administração	25/04/2025	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		25/04/2025	Sim	04/04/2018	Membro do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê Financeiro.

Nome:	Flavio Benício Jansen Ferreira	CPF:	921.962.337-49	Profissão:	Empresário	Data de Nascimento:	28/07/1966	
Experiência Profissional:	O Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira é formado em engenharia elétrica. Foi CEO e é conselheiro da empresa Locaweb Internet S.A., onde atuou em diferentes posições desde 2008. É conselheiro da empresa Digipix S.A. empresa de e-commerce de fotografia, fotolivros, fotopresentes, presidente do conselho das Lojas Quero-Quero S.A., empresa de varejo de eletroeletrônicos, material de construção e móveis no Sul do país e conselheiro da Yduqs Participações S.A., segunda maior organização privada de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. O Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira é conselheiro da Camara Brasileira da Economia Digital (Camara E-Net). Foi responsável pelo início do site Submarino.com, atuou na empresa como diretor de tecnologia, chegando ao cargo de CEO. Foi presidente do Submarino.com durante a IPO da empresa na Bovespa e durante a fusão com a Americanas.com que resultou na companhia B2W. Foi conselheiro independente da empresa Fleury S.A, laboratório de análises clínicas, e de CETIP-SA – Mercados Organizados, companhia de capital aberto de administração de mercados organizados de valores mobiliários, títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros. Foi presidente do conselho da empresa International Meal Company Alimentação S.A., operadora de restaurantes em 4 países nos segmentos de shopping, rodovias e aeroportos. Foi conselheiro da empresa de educação Grupo IBMEC Educacional S.A. O Sr. Flávio é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2019. Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.							
Órgãos da Administração:								
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado		Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato	Descrição de outro cargo/função
Conselho de Administração	25/04/2025	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		25/04/2025	Sim	01/09/2019	Membro do Comitê de Recursos Humanos.

Nome:	Claudio Roberto Ely	CPF:	137.688.320-15	Profissão:	Engenheiro	Data de Nascimento:	04/01/1949	
Experiência Profissional:	O Sr. Claudio é engenheiro Civil graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1972). Foi Presidente da Raiadrogasil S.A. (2011 a 2013) e Presidente da Drogasil S.A. (1998 a 2011). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da DIMED Distribuidora de Medicamentos S.A., Pet Center Comércio e Participações S.A., Althaia S.A. Industria Farmacêutica e Lojas União 1A99 S.A., e membro do Conselho Consultivo da Eurofarma Laboratórios S.A. e da Warburg Pincus do Brasil (desde 2013). De 1988 a 1997, foi Diretor Executivo, Diretor de Operações e Presidente do Banco Geral do Comércio S.A. No período de 1987 a 1988, exerceu atividades de Diretor Superintendente (CEO) da Camargo Correa Metais S.A. O Sr. Claudio foi eleito conselheiro independente atendendo aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.							
Órgãos da Administração:								
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato	Descrição de outro cargo/função	
Conselho de Administração	25/04/2025	AGO 2027	Conselho de Administração Independente (Efetivo)	25/04/2025	Sim	02/01/2020	Não ocupa outros cargos na Companhia.	

Nome:	Marcelo Radomysler	CPF:	085.949.598-18	Profissão:	Empresário	Data de Nascimento:	26/10/1966	
Experiência Profissional:	Formado em Administração de Empresas, o Sr. Marcelo iniciou sua carreira profissional em 1986 como trainee no Banco Francês e Brasileiro S.A., de 1987 a 2001 atuou como corretor de seguros, e, de 2003 a 2011 foi CEO da Wise S/A (companhia incorporada pela Allied S.A.). Por fim, entre 2011 e 2020, o Sr. Marcelo exerceu cargos executivos e no Conselho de Administração da Companhia. Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.							
Órgãos da Administração:								
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato	Descrição de outro cargo/função	
Conselho de Administração	25/07/2025	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)	05/04/2025	Sim	29/04/2022	Membro do Comitê de Recursos Humanos	

Nome:	Carla Alessandra Trematore	CPF:	248.855.668-86	Profissão:	Contadora	Data de Nascimento:	30/10/1975
Experiência Profissional:	A Sra. Carla Trematore atuou em auditoria independente na Arthur Andersen, Deloitte e EY entre 1996 e 2019, e foi sócia da Hirashima & Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias. Foi presidente do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal e Conselheira de Administração do BRB - Banco de Brasília. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da BR Partners Participações e CI&T, e de conselhos fiscais e comitês de auditoria. Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.						
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato	Descrição de outro cargo/função
Conselho de Administração	25/04/2025	AGO 2027	Conselho de Administração Independente (Efetivo)	25/04/2025	Sim	08/09/2023	Membro do Comitê de Auditoria



7.4. Composição dos comitês

Não se aplica.

7.5. Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro

Os membros da administração da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

7.6. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Não se aplica.

ANEXO E
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Proposta de Remuneração dos Administradores

(documento segue na próxima página)

Proposta de remuneração dos administradores para 2025
(Artigo 13, inciso I da RCMV 81/22)

De acordo com a Política de Remuneração aprovada pelo Conselho de Administração, a proposta de remuneração global para os administradores da Companhia tem como base os princípios indicados abaixo:

- (i) Atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados;
- (ii) Proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- (iii) Assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos administradores.

Para o exercício social de 2025, a Administração propõe à Assembleia Geral a aprovação da remuneração global de até R\$ 23.676.375,94 para os administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração fixar as remunerações individuais dos administradores, dentro do limite ora proposto, se aprovado.

O valor da remuneração global ora proposto compreende a remuneração da Diretoria Estatutária da Companhia e do Conselho de Administração no período de janeiro a dezembro de 2025, e inclui a remuneração fixa e a variável (considerando o patamar máximo atingível), direta e indireta, bem como benefícios de qualquer natureza e os valores a serem contabilizados como despesas relacionadas ao plano de opções de compra de ações da Companhia. O montante proposto acima é líquido de encargos sociais que são ônus do empregador.

Nos termos do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025 - CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.

A proposta anual segue a mesma linha do exercício de 2024 e está baseada no alinhamento com a estratégia de remuneração para Conselho de Administração e Diretoria Estatutária com as referências de mercado. Não obstante, reflete o impacto no montante previsto da Diretoria Estatutária, tendo em vista o aumento significativo de membros no exercício de 2025.

Valores efetivamente realizados em 2024 versus valores aprovados em 2024

Conselho de Administração		
Discriminação	<u>2024 Aprovado</u> (R\$ em mil)	<u>2024 Realizado</u> (R\$ em mil)
Total	1.260	1.085

Diretoria		
Discriminação	<u>2024 Aprovado</u> (R\$ em mil)	<u>2024 Realizado</u> (R\$ em mil)
Total	12.068	9.605

Resumo das principais variações das propostas em 2025 e em 2024

Conselho de Administração		
Discriminação	<u>2025 Proposto</u> (R\$ em mil)	<u>2024 Proposto</u> (R\$ em mil)
Salário ou pró-labore	960	960
Remuneração baseada em ações	171	300
Total	1.131	1.260

Diretoria		
Discriminação	<u>2025 Proposto</u> (R\$ em mil)	<u>2024 Proposto</u> (R\$ em mil)
Remuneração Fixa	8.996	4.274
Remuneração Variável	12.652	7.094
Remuneração baseada em ações	897	700
Total	22.545	12.068

O aumento dos valores referentes à remuneração proposta para a Diretoria Estatutária para o exercício social de 2025 em relação aos valores propostos em 2024 se dá em razão do aumento do número de Diretores Estatutários da Companhia, o qual passou **de** 04 (quatro) **para** 10 (dez) membros estatutários, conforme deliberado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 28 de fevereiro de 2025 e em 10 de março de 2025.

ANEXO F
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Remuneração dos Administradores
(Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia)

(documento segue na próxima página)

Remuneração dos Administradores
(Seção 8 do Anexo C da Resolução CVM 80/2022)

8. Remuneração dos administradores

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração da Companhia, aprovada em 28 de abril de 2022 pelo Conselho de Administração, possui por premissa uma metodologia indicada pela Mercer (empresa de consultoria global), que é atualizada com frequência. A política de remuneração está disponível para consulta no website da Companhia:

<https://ri.alliedbrasil.com.br/listgroup.aspx?idCanal=FPKg4NUAx4WiJrh8j9YKfw==>

A referida política possui como princípios, objetivos e diretrizes principais:

- (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os diretores estatutários, os diretores executivos, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos comitês instituídos pela Companhia ("Executivos") na condução dos negócios da Companhia de forma sustentável, observados os limites de risco adequados;
- (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição da remuneração individual dos membros da Administração da Companhia, após a fixação do valor globalmente aprovado pela Assembleia de Acionistas. Nesse processo, o Conselho de Administração conta com os trabalhos realizados no âmbito do Comitê de Recursos Humanos, que constantemente avalia as práticas de mercado de modo a garantir que a remuneração dos administradores esteja sempre alinhada com a política interna supramencionada e com o padrão praticado por outras companhias de tamanho e setores similares, contribuindo para a atração e retenção de talentos, bem como com o crescimento sustentável dos negócios da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e

Para definir a remuneração individual dos membros da Administração, o Conselho de Administração, com o auxílio dos trabalhos realizados pelo Comitê de Recursos Humanos, realiza uma análise da posição ocupada (ou a ser ocupada), enquadrando-a na tabela salarial da Companhia de acordo com o peso da posição que o Executivo exercerá. Referida tabela salarial foi desenvolvida com o apoio da empresa de Consultoria MERCER, utilizando dados de mercados do mesmo porte e segmento ou similares, constituindo instrumento extremamente útil à fixação de uma remuneração competitiva aos administradores, alinhada com os interesses de longo prazo da Companhia.

A utilização de pesquisas de mercado, possibilita à Companhia avaliar seu enquadramento aos benefícios mais atualizados oferecidos pelo mercado e competitivos com as práticas adotadas.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

O Conselho de Administração avalia, no mínimo anualmente, a adequação da Política de Remuneração. Adicionalmente, cabe ao Comitê de Recursos Humanos realizar recomendações sobre possíveis alterações e adequações da Política de Remuneração ao Conselho de Administração, à luz de novas práticas de mercado.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;**
- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;**
- **sua metodologia de cálculo e de reajuste; e**
- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por uma remuneração fixa mensal, baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das suas atribuições, a qual é alinhada com práticas de mercado e às demandas exigidas pelo conselheiro em questão. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração poderão ser reembolsados pelas despesas de locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas apenas ao comparecimento nas reuniões do Conselho de Administração, necessárias ao desempenho de sua função.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ter direito à participação no plano de opção de compra de ações, observados os regramentos definidos no plano mencionados nesta Seção 8 deste Formulário de Referência. A Companhia esclarece que incluiu os planos de opção de compra de ações como forma de remuneração, neste Formulário de Referência, exclusivamente por ser uma determinação da CVM, uma vez que, na opinião da Companhia, os planos de opção de compra de ações possuem características de um negócio jurídico exclusivamente mercantil e não se enquadram como “remuneração” para quaisquer fins legais.

Cumprе esclarecer que 01 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia que é representante dos FIPs Brasil I e II não é remunerado pela Companhia para estas atividades.

Exceto por este fato, não há critérios específicos para determinar se um membro do Conselho de Administração é, ou não, remunerado, sendo que todos os demais membros do Conselho de Administração são remunerados.

Para mais informações sobre os membros do Conselho de Administração não remunerados pela Companhia vide item 8.15 desse Formulário de Referência.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa mensal, definida de acordo com a negociação individual com cada um dos Diretores Estatutários, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais de mercado, principalmente advindas de empresas similares de atuação da Companhia, suportada por pesquisa do Instituto Mercer; (ii) valores a título de participação nos lucros e resultados da Companhia ("PLR"), nos limites estabelecidos anualmente no plano de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no plano de PLR; (iii) remuneração variável na forma de bônus, a exclusivo critério do Conselho de Administração da Companhia, como forma de retenção e/ou premiação pelo alcance e a superação de metas individuais e da Companhia; e (iv) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica e odontológica aos diretores e dependentes cobertos, bem como seguro de vida, estacionamento, vale-refeição e Totalpass.

Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia poderão ter direito à participação no plano de opção de compra de ações, observados os regramentos definidos no plano mencionados nesta Seção 8 deste Formulário de Referência. A Companhia esclarece que incluiu os planos de opção de compra de ações como forma de remuneração, no Formulário de Referência, exclusivamente por ser uma determinação da CVM, uma vez que, na opinião da Companhia, os planos de opção possuem características de um negócio jurídico exclusivamente mercantil e não se enquadram como "remuneração" para quaisquer fins legais.

Diretoria Executiva Não-Estatutária

Os membros da Diretoria Executiva Não-Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa mensal, definida de acordo com a negociação individual com cada um dos Diretores Não-Estatutários, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais de mercado, principalmente advindas de empresas similares de atuação da Companhia, suportada por pesquisa do Instituto Mercer; (ii) valores a título de PLR, nos limites estabelecidos anualmente no plano de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no plano de PLR; (iii) remuneração variável na forma de bônus, a exclusivo critério do Conselho de Administração da Companhia, como forma de retenção e/ou premiação pelo alcance e a superação de metas individuais e da Companhia; e (iv) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica e odontológica, incluindo seus dependentes legais, seguro de vida, estacionamento, vale-refeição e Totalpass.

Os membros da Diretoria Executiva Não-Estatutária da Companhia poderão ter direito à participação no plano de opção de compra de ações, observados os regramentos definidos no plano mencionados nesta Seção 8 deste Formulário de Referência. A Companhia esclarece que incluiu os planos de opção de compra de ações como forma de remuneração, neste Formulário de Referência, exclusivamente por ser uma determinação da CVM, uma vez que, na opinião da Companhia, os planos de opção possuem características de um negócio jurídico exclusivamente mercantil e não se enquadram como "remuneração" para quaisquer fins legais.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, segue o previsto no art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Comitê de Auditoria

Apenas os membros do Comitê de Auditoria que não exercem cargos em outros conselhos podem ser remunerados por seu cargo no Comitê de Auditoria. A remuneração desses membros é composta por uma remuneração fixa mensal, a qual é alinhada com práticas de mercado e às demandas exigidas pelo membro do comitê em questão.

Comitê de Recursos Humanos

O Comitê de Recursos Humanos é composto por membros do Conselho de Administração da Companhia, que não recebem remuneração adicional pelo exercício do cargo de membro do Comitê de Recursos Humanos.

Comitê Financeiro

O Comitê Financeiro é composto por executivos da Companhia, que não recebem remuneração adicional pelo exercício do cargo de membro do Comitê Financeiro.

• proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção apurada de cada elemento na composição da remuneração total considerada 12 meses nos 3 últimos exercícios sociais:

2024	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	67,85%	0,00%	0,00%	32,15%	100,00%
Diretoria Estatutária	42,63%	51,12%	0,00%	6,25%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	28,83%	58,73%	8,97%	3,47%	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Comitê de Recursos Humanos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê Financeiro	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

2023	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	47,88%	44,60%	4,09%	3,44%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	48,75%	38,21%	11,78%	1,27%	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Comitê de Recursos Humanos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê Financeiro	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

2022	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	50,39%	46,22%	3,38%	0,00%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	81,28%	12,18%	6,54%	0,00%	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Comitê de Recursos Humanos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitê Financeiro	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

- metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A remuneração total individual dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores Estatutários e Não-estatutários e dos integrantes do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria é determinada de acordo com a abrangência da posição, exposição e responsabilidade da atividade a ser exercida. Assim, é utilizada uma tabela salarial definida, baseada em pesquisas de mercado, realizadas por empresa especializada, com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, comparando o mesmo tipo de segmento de negócio e porte da Companhia. Os benefícios assegurados são os mesmos por grupo de cargos (IPE), considerando as melhores práticas de mercado. Eles são elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho, por meritocracia e/ou discricionário.

A decisão de outorga de opções de compra de ações aos elegíveis (diretores executivos) é tomada pelo Conselho de Administração, em reunião formal, com ata registrada, e leva em conta a complexidade da função, desejo de retenção do profissional pela Companhia, bem como impacto nos negócios.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

O PPR dos Diretores Estatutários e Não-Estatutários está atrelado a metas anuais, que são desdobradas das intenções estratégicas da Companhia, e considera os resultados corporativos globais e os resultados individuais. A remuneração variável (PPR) é composta por duas frentes: 60% são representados pela meta global, indicado pelo lucro líquido da Companhia, e os outros 40% representados por metas individuais que tenham impacto direto ao negócio da Companhia, tais como: capital de giro, SG&A da área, estoque, receita de vendas, entre outros. As metas definidas aos executivos são desdobradas para os demais níveis da organização, garantindo alinhamento perfeito às estratégias corporativas. A remuneração baseada em ações não é impactada por indicadores de desempenho.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A composição total da remuneração praticada pela Companhia tem como objetivos: a atração e retenção dos melhores talentos para o negócio, além de reconhecer o bom desempenho individual.

O pacote de remuneração da Companhia está alinhado com as expectativas praticadas pelo mercado, sendo que o salário fixo mensal baseado em pesquisa de mercado de acordo com a posição definida, e os benefícios estão alinhados às práticas similares de empresas do mesmo segmento. O PPR oferecido para todos os colaboradores oferece um diferencial para esse público, gerando alinhamento aos desafios de negócio em todos os níveis. Para posições estratégicas, o programa de opção de compra de ações garante retenção e perenidade dos negócios, especialmente em médio e longo prazo.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Um membro do Conselho representante dos FIPs Brasil I e II abdicou da remuneração pelo exercício do cargo no Conselho de Administração. Para mais informações vide item 8.15 deste Formulário de Referência.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2025) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	05,00	8,92	0,00	13,92
Nº de membros remunerados	04,00	8,92	0,00	12,92
Remuneração fixa anual	960.000,00	8.995.682,88	-	9.955.682,88
Salário ou pró-labore	960.000,00	8.097.349,42	-	9.057.349,42
Benefícios diretos e indiretos	0,00	898.333,46	-	898.333,46
Participações em comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração variável	0,00	12.651.595,10	-	12.651.595,10
Bônus	0,00	2.837.977,70	-	2.837.977,70
Participação nos resultados	0,00	9.813.617,40	-	9.813.617,40
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00

Pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	171.503,18	897.594,78	-	1.069.097,96
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	1.131.503,18	22.544.872,76	-	23.676.375,94

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	05,00	03,92	0,00	08,92
Nº de membros remunerados	04,00	03,92	0,00	07,92
Remuneração fixa anual	960.000,00	4.324.117,45	-	5.284.117,45
Salário ou pró-labore	960.000,00	3.923.884,29	-	4.883.884,29
Benefícios diretos e indiretos	0,00	400.233,16	-	400.233,16
Participações em comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração variável	0,00	4.705.686,16	-	4.705.686,16
Bônus	0,00	1.823.895,90	-	1.823.895,90
Participação nos resultados	0,00	2.881.790,26	-	2.881.790,26
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	125.253,07	575.671,55	-	700.924,62
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	1.085.253,07	9.605.475,16	-	10.690.728,23

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,08	3,00	0,00	9,08
Nº de membros remunerados	4,50	3,00	0,00	7,50
Remuneração fixa anual	1.076.799,99	3.828.748,06	-	4.905.548,05
Salário ou pró-labore	1.076.799,99	3.527.531,92	-	4.604.331,91
Benefícios diretos e indiretos	0,00	301.216,14	-	301.216,14
Participações em comitês	0,00	0,00	-	0,00

Outros	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração variável	0,00	3.285.765,62	-	3.285.765,62
Bônus	0,00	0,00	-	0,00
Participação nos resultados	0,00	3.285.765,62	-	3.285.765,62
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	253.186,69	-	253.186,69
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	1.076.799,99	7.367.700,37	-	8.444.500,36

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2022 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	3,00	0,00	9,50
Nº de membros remunerados	4,50	3,00	0,00	7,50
Remuneração fixa anual	1.040.000,00	3.690.213,80	-	4.730.213,80
Salário ou pró-labore	1.040.000,00	3.457.962,91	-	4.497.962,91
Benefícios diretos e indiretos	0,00	232.250,89	-	232.250,89
Participações em comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração variável	0,00	3.171.526,07	-	3.171.526,07
Bônus	0,00	0,00	-	0,00
Participação nos resultados	0,00	3.171.526,07	-	3.171.526,07
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	-	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	1.040.000,00	6.861.739,87	-	7.901.739,87

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2021 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,08	0,00	8,08
Nº de membros remunerados	3,00	3,08	0,00	6,08
Remuneração fixa anual	720.000,00	2.993.839,78	-	3.713.839,78
Salário ou pró-labore	720.000,00	2.811.711,13	-	3.531.711,13
Benefícios diretos e indiretos	0,00	182.128,65	-	182.128,654
Participações em comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração variável	66.706,00	4.747.557,56	-	4.814.263,56
Bônus	66.706,00	1.529.954,48	-	1.596.660,48
Participação nos resultados	0,00	3.217.603,07	-	3.217.603,07
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	574.077,91	-	574.077,91
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	786.706,00	8.315.475,25	-	9.102.181,25

8.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2025)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	8,92	0,00	13,92
Nº de membros remunerados	4,00	8,92	0,00	12,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	9.813.617,40	N/A	9.813.617,40

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	9.813.617,40	N/A	9.813.617,40
---	-----	--------------	-----	--------------

Remuneração variável exercício social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,92	0,00	8,92
Nº de membros remunerados	4,00	3,92	0,00	7,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.188.500,00	N/A	2.188.500,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	2.188.500,00	N/A	2.188.500,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	544.998,52	N/A	544.998,52
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.904.986,66	N/A	4.904.986,66
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	4.904.986,66	N/A	4.904.986,66
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	2.881.790,26	N/A	2.881.790,26

Remuneração variável exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,08	3,00	0,00	9,08
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.500.000,00	N/A	2.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	2.500.000,00	N/A	2.500.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	475.728,92	N/A	475.728,92
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.312.006,90	N/A	4.312.006,90
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	3.920.006,27	N/A	3.920.006,27
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	3.285.765,62	N/A	3.285.765,62

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	3,00	0,00	9,50
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.000.000,00	N/A	3.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	3.000.000,00	N/A	3.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	508.889,13	N/A	508.889,13
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.344.151,16	N/A	6.344.151,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	6.344.151,16	N/A	6.344.151,16
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	3.171.526,07	N/A	3.171.526,07

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- a. Termos e condições gerais; e**
b. data de aprovação e órgão responsável

SOP 2014

Em Assembleia Geral Extraordinária da Allied S.A. realizada em 29 de dezembro de 2014, foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações, posteriormente rerratificado em razão da incorporação da Allied S.A pela Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de março de 2016, com efeito retroativo desde 29 de dezembro de 2014 e aditado conforme Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de março de 2017 (“SOP 2014”).

O SOP 2014 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que pode, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um comitê especialmente criado para assessorá-lo na administração do SOP 2014.

São elegíveis para participar do SOP 2014 os administradores, executivos, empregados, consultores e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle.

Os participantes do SOP 2014 são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de programas. Em cada um dos programas, o Conselho de Administração deve estabelecer, observados os critérios gerais fixados no SOP 2014 e o disposto no Estatuto Social

da Companhia: (a) o número total de opções a serem concedidas; (b) os prazos e condições para que a opção se torne exercível; (c) os critérios para a outorga da opção; (d) o preço de subscrição ou aquisição de ações e, se houver, o índice de correção do preço até a data do exercício da opção (automaticamente aplicável na menor periodicidade prevista em lei); (e) o prazo máximo para o exercício da opção ou os critérios para sua determinação; (f) quaisquer restrições à negociação das ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício da opção; e (g) eventuais penalidades.

A outorga de opções nos termos do SOP 2014 e dos programas é realizada mediante a celebração de contratos de opção entre a Companhia e os participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

O Conselho de Administração pode subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de transferência em caso de transferência pelo participante dessas mesmas ações.

O prazo máximo de vigência das opções é definido pelo Conselho de Administração.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2024, foi aprovada a extinção do SOP 2014, sem prejuízo das opções outorgadas até aquela data e ainda em aberto, as quais permaneceriam em vigor sob os mesmos termos dos seus respectivos contratos de outorga. Na data deste Formulário de Referência não existem opções em aberto.

SOP 2018

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de setembro de 2018, foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, posteriormente retificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de dezembro de 2019 ("SOP 2018").

O SOP 2018 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia.

São elegíveis para participar do SOP 2018 os administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

O Conselho de Administração tem amplos poderes para implementar o SOP 2018 e para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração. As deliberações do Conselho de Administração vinculam a Companhia no que diz respeito a todas as matérias relacionadas ao SOP 2018.

Os participantes do SOP 2018 são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de programas. Em cada um dos programas, o Conselho de Administração deve estabelecer, observados os critérios gerais fixados no SOP 2018 e o disposto no Estatuto Social da Companhia: (a) o número de opções e o respectivo preço de aquisição de tais opções; (b) os prazos e condições para que as opções se tornem exercíveis; (c) o preço de exercício das opções e, se houver, o índice de correção do preço até a data do exercício das opções (automaticamente aplicável na menor periodicidade prevista em lei); (iv) o prazo máximo para o exercício das opções ou os critérios para a sua determinação; (v) quaisquer restrições à

negociação das ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício das opções; e (vi) eventuais penalidades.

Cada participante deve aderir expressamente ao SOP 2018 e ao respectivo programa, mediante assinatura de contrato de opção. Os contratos de opção devem especificar, sem prejuízo de outras condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração (a) a quantidade e o preço de aquisição das opções; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício das opções e condições de pagamento.

O Conselho de Administração pode subordinar o exercício das opções a determinadas condições, além da verificação da ocorrência de um evento de liquidez, bem como impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de transferência das ações pelo participante.

As opções deverão ser exercidas pelos participantes no prazo definido em cada um dos programas. As opções que não forem exercidas pelos respectivos participantes no prazo de exercício serão automaticamente extintas.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2024, foi aprovada a extinção do SOP 2018, sem prejuízo das opções outorgadas até aquela data e ainda em aberto, as quais permaneceriam em vigor sob os mesmos termos dos seus respectivos contratos de outorga.

SOP 2021

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 5 de março de 2021, foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP 2021").

O SOP 2021 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia.

São elegíveis para participar do SOP 2021 os administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

O Conselho de Administração tem amplos poderes para implementar o SOP 2021 e para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração. As deliberações do Conselho de Administração vinculam a Companhia no que diz respeito a todas as matérias relacionadas com ao SOP 2021.

Os participantes do SOP 2021 são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de programas. Em cada um dos programas, o Conselho de Administração deve estabelecer, observados os critérios gerais fixados no SOP 2021 e o disposto no Estatuto Social da Companhia: (a) o número de opções; (b) os prazos e condições para que as opções se tornem exercíveis; (c) o preço de exercício das opções e, se houver, o índice de correção do preço até a data do exercício das opções (automaticamente aplicável na menor periodicidade prevista em lei); (d) o prazo máximo para o exercício das opções ou os critérios para a sua determinação; e (e) quaisquer restrições à negociação das ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício das opções.

Cada participante deve aderir expressamente ao SOP 2021 e ao respectivo programa, mediante assinatura de contrato de opção. Os contratos de opção devem especificar, sem prejuízo de

outras condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração (a) a quantidade das opções; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício das opções e condições de pagamento.

O contrato de opção poderá subordinar o exercício das opções a determinadas condições, bem como impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de transferência das ações pelo participante.

As opções deverão ser exercidas pelos participantes no prazo definido em cada um dos programas.

Cancelamento

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 02 de dezembro de 2022, os seguintes Programas de Opção de Compra de Ações foram totalmente cancelados (e consequentemente as opções outorgadas no âmbito desses Programas também foram canceladas): (i) 1º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021; (ii) 3º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021; e (iii) 4º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021. Nessa mesma oportunidade, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o cancelamento de 585.213 opções outorgadas no âmbito 2º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021. As opções canceladas poderão ser novamente outorgadas por meio de novos programas, observados os termos e os limites previstos nos respectivos Planos.

Conforme deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 03 de outubro de 2023, foram canceladas 216.270 opções então vigentes, concedidas a determinados participantes no âmbito do 3º Programa de Opções de Compras de Ações do Plano 2018, aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2019.

c. Número máximo de ações abrangidas

SOP 2014

Poderão ser entregues aos participantes do SOP 2014 um número de ações que não exceda 4% (quatro por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (excluídas as ações emitidas em decorrência do exercício de opções com base no SOP 2014). Se qualquer opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações vinculadas a tais opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de opções.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do SOP 2014 venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do SOP 2014⁷.

⁷ Em 03 de janeiro de 2020, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento das ações de sua emissão à razão de 8 ações ordinárias para 1 ação ordinária, cujas frações foram canceladas. Por sua vez, em 25 de agosto de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, em Reunião do Conselho de Administração, a redução do número de opções de cada participante no âmbito do SOP 2014, do SOP 2018 e do SOP 2020.

SOP 2018

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2019⁸, poderão ser entregues aos participantes do SOP 2018 um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 32.458.480 (trinta e duas milhões, quatrocentas e cinquenta e oito mil, quatrocentas e oitenta) ações de emissão da Companhia, ou seja, 5,10% (cinco e um décimo por cento) das ações de emissão da Companhia na data de aprovação do SOP 2018⁹.

Se a quantidade de ações que compõem o capital da Companhia for aumentada ou diminuída, incluindo em razão de desdobramento ou grupamento de ações, o Conselho de Administração deverá efetuar os ajustes apropriados no número das ações a serem emitidas de acordo com as opções que foram exercidas e com as que não tenham sido exercidas, exceto se a alteração do número de ações que compõem o capital da Companhia for em decorrência de emissão de novas ações em virtude de aumentos de capital, ocasião em que não serão realizados ajustes no número das ações a serem emitidas de acordo com as Opções.

SOP 2021

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2022, poderão ser entregues aos participantes do SOP 2021 um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia imediatamente após a oferta pública inicial (IPO) da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, numa base totalmente diluída e levando em consideração as novas ações a serem emitidas no exercício das opções nos termos do SOP 2021. As ações vinculadas às opções rescindidas ou canceladas antes de serem plenamente exercidas serão novamente liberadas para a outorga futura de opções.

Se a quantidade de ações que compõem o capital da Companhia for aumentada ou diminuída em razão de desdobramento ou grupamento de ações, o Conselho de Administração deverá efetuar os ajustes apropriados no número das ações a serem emitidas de acordo com as opções que foram exercidas e com as que não tenham sido exercidas. Se a alteração do número de ações que compõem o capital da Companhia for em decorrência de emissão de novas ações em virtude de aumentos de capital, não serão realizados ajustes no número das ações a serem emitidas de acordo com as opções.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção dá ao participante do SOP 2014 e/ou do SOP 2018 e/ou do SOP 2021 o direito de adquirir 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas/adquiridas no âmbito do SOP 2014 e/ou do SOP 2018 e/ou do SOP 2021 está sujeita ao limite descrito no item “c” acima.

e. Condições de aquisição de ações

⁸ Em referida Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento da quantidade de ações disponíveis para outorga no SOP 2018 de 25.478.923 (vinte e cinco milhões, quatrocentas e setenta e oito mil, noventa e vinte e três) para 32.458.480 (trinta e duas milhões, quatrocentas e cinquenta e oito mil, quatrocentas e oitenta). Em razão de referida deliberação, o SOP 2018 foi retificado para constar o novo limite de ações disponível no SOP 2018.

⁹ Em 03 de janeiro de 2020, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento das ações de sua emissão à razão de 8 ações ordinárias para 1 ação ordinária, cujas frações foram canceladas. Por sua vez, em 25 de agosto de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, em Reunião do Conselho de Administração, a redução do número de opções de cada participante no âmbito do SOP 2014, do SOP 2018 e do SOP 2020. Dessa forma, a quantidade global de opções entregues aos participantes do SOP 2018 foi reduzida de um número de ações que não exceda 32.458.480 (trinta e duas milhões, quatrocentas e cinquenta e oito mil, quatrocentas e oitenta) ações de emissão da Companhia para um número de ações 4.057.310 (quatro milhões, cinquenta e sete mil, trezentas e dez) ações de emissão da Companhia.

SOP 2014

As opções se tornam exercíveis na medida em que o participante permaneça continuamente vinculado como administrador, empregado, consultor ou prestador de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, a partir da data da outorga até as datas especificadas abaixo, conforme segue:

- (i) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 18 (dezoito) meses contados da data de outorga ou (b) 12 (doze) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa;
- (ii) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 30 (trinta) meses contados da data de outorga ou (b) 24 (vinte e quatro) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa;
- (iii) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 42 (quarenta e dois) meses contados da data de outorga ou (b) 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa;
- (iv) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 54 (cinquenta e quatro) meses contados da data de outorga ou (b) 48 (quarenta e oito) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa; e
- (v) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 66 (sessenta e seis) meses contados da Data de Outorga ou (b) 60 (sessenta) meses contados da Data de Outorga, conforme definido no respectivo programa.

Não obstante o disposto acima, o exercício das opções vestidas está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez.

Na hipótese de um evento de liquidez em decorrência de uma transferência do controle da Companhia, os prazos de carência estabelecidos acima são antecipados e os participantes podem exercer suas opções (vestidas ou não-vestidas) dentro dos prazos a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo que as opções não exercidas dentro dos referidos prazos restarão automaticamente extintas.

SOP 2018

O Conselho de Administração define, em cada programa, o prazo a partir do qual a opção concedida aos participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício, bem como a antecipação do prazo de carência na hipótese de um evento de liquidez.

O exercício das opções vestidas está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez.

As opções tornam-se antecipadamente exercíveis - tornando-se, portanto, opções vestidas - se verificada a ocorrência de uma Alienação¹⁰, hipótese na qual a Companhia deve notificar os participantes em até 15 (quinze) dias antes da consumação da Alienação ("Fechamento") para

¹⁰ "Alienação" significa: "Transferência da totalidade das ações detidas, diretamente ou indiretamente, por fundo de investimentos geridos pela Advent International Corporation na Companhia ("Advent") a um terceiro, que não uma afiliada da Advent, ou, transferência de, pelo menos, mais que 50% (cinquenta por cento) das ações de emissão da Companhia a um terceiro, que não afiliada da advent, desde que a advent esteja transferindo nesta operação mais do que 66% (sessenta e seis por cento) das ações que a Advent detém no capital social da Companhia".

que os Participantes notifiquem a Companhia, em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da referida notificação, manifestando seu desejo de exercer ou não as opções vestidas. Na hipótese de Alienação, caso o participante informe à Companhia que não deseja exercer suas opções vestidas - ou deixar de notificá-la dentro do prazo referido acima -, restarão automaticamente extintas suas respectivas opções.

SOP 2021

O Conselho de Administração definirá, em cada programa, o prazo a partir do qual a opção concedida aos participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

SOP 2014

Não há preço de aquisição das opções.

O preço de exercício é determinado pelo Conselho de Administração no momento da outorga e é baseado no valor justo das ações da Companhia.

SOP 2018

O preço de aquisição das opções foi fixado pelo Conselho de Administração quando da aprovação do respectivo programa e determinado a exclusivo critério do Conselho de Administração, com base em modelos e/ou metodologias de precificação de opções de ações.

O preço de exercício foi fixado pelo Conselho de Administração quando da aprovação do respectivo programa e é baseado no valor justo das ações da Companhia.

SOP 2021

Não há preço de aquisição das opções.

O preço de exercício corresponderá ao preço de emissão ou de aquisição da ação. O preço de exercício será fixado com base na média ponderada de cotação das ações em um determinado número de pregões anteriores à data de outorga a ser definido pelo Conselho de Administração. Caberá ao Conselho de Administração definir em cada programa e/ou contrato de opção se o preço de exercício será corrigido por índice de correção e/ou ajustado por proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo de exercício no âmbito do SOP 2014, SOP 2018 e SOP 2021 são estabelecidos pelo Conselho de Administração e levam em consideração práticas de mercado e alinhamento de longo prazo dos interesses dos participantes aos dos acionistas.

h. Forma de liquidação

SOP 2014

O preço de exercício deve ser pago à vista pelo participante simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo participante.

SOP 2018

O preço de exercício deve ser pago à vista pelo participante simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo participante.

SOP 2021

A forma de liquidação do preço de exercício será definida pelo Conselho de Administração em cada programa.

i. Restrições à transferência das ações**SOP 2014**

O Conselho de Administração pode impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções.

Na hipótese de um evento de liquidez em decorrência de uma Abertura Qualificada de Capital¹¹, os participantes somente podem transferir suas ações depois de transcorrido 2 (dois) meses ou 6 (seis) meses contados da liquidação da oferta da Abertura Qualificada de Capital, sem prejuízo de outras restrições previstas na regulamentação aplicável e/ou restrições relacionados ou contidas no prospecto de Abertura de Capital da Companhia.

SOP 2018

O Conselho de Administração pode impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções.

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá eventualmente estabelecer, se assim determinar quando da aprovação de cada programa, que o participante poderá vender, onerar, transferir ou, de qualquer outra forma, alienar as ações da companhia adquiridas no âmbito do SOP 2018 em decorrência da verificação de um Evento de Liquidez¹² (incluindo em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de Ações), podendo o Conselho de Administração inclusive estabelecer um período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada programa, para cada lote de ações, o qual não será superior a 12 (doze) meses a contar da data de exercício das opções.

SOP 2021

O Conselho de Administração pode impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções.

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá eventualmente estabelecer, se assim determinar quando da aprovação de cada programa, que o participante apenas poderá vender, onerar, transferir ou, de qualquer outra forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do plano (incluindo em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações), podendo o Conselho de Administração inclusive estabelecer um período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada programa, para cada lote de ações, o qual não será superior a 12 (doze) meses a contar da data de exercício das opções.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

¹¹ "Abertura Qualificada de Capital" significa uma oferta pública inicial (IPO) de ações de emissão da Companhia.

¹² "Evento de Liquidez" significa marcos de ocorrência de um Evento de Liquidez: (i) a liquidação financeira de oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia nos termos da Cláusula 5.3(i) do Plano ("IPO"); e (ii) a assinatura de contrato definitivo que caracterize a ocorrência de uma Alienação, cabendo à Diretoria da Companhia a verificação de tal ocorrência, com consequente envio de seu entendimento final por escrito em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura de referido contrato definitivo ao Conselho de Administração.

SOP 2014

Nos termos do SOP 2014 poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária. O término de vigência do SOP 2014 não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele. Conforme informado neste item 8.4, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2024, foi aprovada a extinção do SOP 2014, sem prejuízo das opções outorgadas até aquela data e ainda em aberto, as quais permaneceriam em vigor sob os mesmos termos dos seus respectivos contratos de outorga. Na data deste Formulário de Referência não existem opções em aberto.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no SOP 2014 ou em contrato de opção, as opções outorgadas nos termos do SOP 2014 extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) mediante o seu exercício integral;
- (b) após o decurso do prazo de vigência da opção;
- (c) mediante o distrato do contrato de opção;
- (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada;
- (e) nas hipóteses de desligamento descritas no item "k" abaixo; ou
- (f) ocorrência de venda da totalidade das ações detidas, diretamente ou indiretamente, pelo FIP Brasil I e II.

SOP 2018

O SOP 2018 poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária ou do Conselho de Administração. O término de vigência do SOP 2018 não afetará a eficácia das opções ainda em vigor, anteriormente adquiridas.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no SOP 2018 ou nos programas, as opções outorgadas nos termos do SOP 2018 extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) mediante o seu exercício integral;
- (b) após o decurso do prazo de exercício das opções;
- (c) se a Companhia for dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada ou tiver aprovado plano de recuperação judicial ou extrajudicial; e
- (d) nas hipóteses de desligamento descritas no item "k" abaixo.

SOP 2021

O SOP 2021 poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária ou do Conselho de Administração. O término de vigência do SOP 2021 não afetará a eficácia das opções ainda em vigor, anteriormente adquiridas.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos nos planos de remuneração baseado em ações**SOP 2014**

Se, a qualquer tempo, o outorgado

- (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego/ ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de

exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas;

(b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções vestidas e opções não-vestidas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas;

(c) for desligado da companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas;

(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) o Conselho de Administração decidirá se as opções não-vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas proporcionalmente ao tempo em que o outorgado tiver trabalhado para a Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas; e

(e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) o Conselho de Administração decidirá se as opções não-vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do outorgado proporcionalmente ao tempo em que o outorgado tiver trabalhado para a Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do outorgado mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas.

Para fins do SOP 2014, desligamento significa o término da relação jurídica de administrador, executivo, empregado, consultor ou prestador de serviço entre o outorgado e a Companhia ou sociedade por ela controlada, por qualquer motivo, incluindo sem limitação renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de Administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, rescisão de contrato de prestação de serviços, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento. Eventual desligamento do outorgado do cargo de administrador, executivo, empregado, consultor ou prestador de serviços da Companhia ou sociedade por ela controlada seguido de eleição e investidura ou contratação de tal outorgado para outro cargo como administrador, executivo, empregado, consultor ou prestador de serviços da Companhia ou sociedade por ela controlada não caracteriza desligamento.

O Conselho de Administração pode, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras de desligamento descritas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado participante.

SOP 2018

Se, a qualquer tempo, o participante

- (a) desligar-se da Companhia por vontade própria: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento que não tiverem sido exercidas pelo participante serão consideradas automaticamente extintas; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas;
- (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções vestidas ou opções não-vestidas que não tiverem sido exercidas pelo participante até a data do desligamento serão consideradas automaticamente extintas;
- (c) (A) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou (B) desligar-se da Companhia por aposentadoria acordada com a Companhia ou invalidez permanente: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento que não tiverem sido exercidas pelo participante serão recompradas pela Companhia pelo mesmo valor pago pelo participante quando da aquisição das opções, corrigido pelo IGP-M desde a data de aquisição das opções pelo participante até a data da efetiva recompra pela Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas; e
- (d) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento que não tiverem sido exercidas pelo participante serão recompradas pela Companhia pelo mesmo valor pago pelo participante quando da aquisição das opções corrigido pelo IGP-M desde a data de aquisição das opções pelo participante até a data da efetiva recompra pela Companhia, sendo certo que o Conselho de Administração poderá permitir que as opções não-vestidas na data do seu desligamento sejam exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante proporcionalmente ao tempo em que o participante tiver trabalhado para a Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas.

Para fins do SOP 2018, desligamento significa o término da relação jurídica de administrador, executivo, empregado ou prestador de serviço entre o participante e a Companhia ou suas controladas, por qualquer motivo, incluindo sem limitação renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, rescisão de contrato de prestação de serviços, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento. Eventual desligamento do participante do cargo de administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas Controladas seguido de eleição e investidura ou contratação de tal participante para outro cargo como administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas controladas não caracteriza desligamento.

O Conselho de Administração pode, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras de desligamento descritas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado participante, desde que não o prejudique.

SOP 2021

Nas hipóteses de desligamento do participante, os direitos a ele conferidos de acordo com o plano poderão ser extintos ou modificados, conforme for definido pelo Conselho de Administração em cada programa e/ou contrato de opção.

8.5 - Remuneração baseada em ações

O exercício do SOP 2014 e do SOP 2018 estava condicionado à ocorrência de um evento de liquidez.

Remuneração baseada em ações prevista - exercício social corrente (2025)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	5,00	8,92
Número de membros remunerados	3,00	8,92
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 5,09	R\$ 7,38
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 7,42
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 5,09	R\$ 5,69
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,40%	2,10%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	5,00	3,92
Número de membros remunerados	3,00	3,92
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 5,09	R\$ 6,84
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 15,33	R\$ 9,29
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 5,09	R\$ 0,00
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,44%	2,12%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6,08	3,00
Número de membros remunerados	2,83	3,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 18,54	R\$ 17,83
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 13,74	R\$ 22,92
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,39%	1,21%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6,50	3,00
Número de membros remunerados	3,00	3,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 17,32	R\$ 16,40
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 16,74	R\$ 12,97
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,50%	1,36%

8.6 – Outorgas

Não houve outorgas de opções no exercício social de 2022, tendo em vista o cancelamento total do 1º, 3º e 4º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021, bem como o cancelamento parcial do 2º Programa de Opção de Compra de Ações do Plano 2021, deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de dezembro de 2022.

Remuneração baseada em ações - exercício social corrente (2025)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	5,00	8,92
Número de membros remunerados	3,00	8,92
SOP 2021 - Prevista para o Exercício Social Corrente		
Data de outorga	N/A	A ser aprovado pelo Conselho de Administração
Quantidade de opções a serem outorgadas	N/A	Até 1.595.604
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	A ser definido pelo Conselho de Administração no momento da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	A ser definido pelo Conselho de Administração no momento da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	A ser definido pelo Conselho de Administração no momento da outorga
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	A ser definido pelo Conselho de Administração no momento da outorga
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	5,00	3,92
Número de membros remunerados	3,00	3,92
SOP 2021 - Programa 7		
Data de outorga	N/A	01/03/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	177.221
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	2026: 33,33% 2027: 33,33% 2028: 33,33%
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,84

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 148.865,64
--	-----	----------------

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,08	3,00
Nº de membros remunerados	2,83	3,00
SOP 2021 – Programa 5		
Data de outorga	N/A	17/02/2023
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.791.694
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	2024: 33,33% 2025: 33,33% 2026: 33,33%
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,87
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1.558.773,78
SOP 2021 – Programa 6		
Data de outorga	03/10/2023	N/A
Quantidade de opções outorgadas	420.000	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2024: 33,33% 2025: 33,33% 2026: 33,33%	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,84	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 352.800,00	N/A

8.7 - Opções em aberto ao final do último exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,92
Nº de membros remunerados	3,00	3,92
SOP 2018		

Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	93.134	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Opções exercíveis		
Quantidade	0,00	288.460
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Até 2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	4 meses contados do exercício de cada Opção (40% das ações exercidas)
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 13,74
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 0,27
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 77.362,66
SOP 2021		
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	280.002	1.178.109
Data em que se tornarão exercíveis	A partir de outubro de 2025	A partir de fevereiro de 2025
Prazo máximo para exercício das opções	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 6,50	R\$ 6,50
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,84	R\$ 0,84
Opções exercíveis		
Quantidade	0,00	0,00
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,84	R\$ 0,84
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 235.201,68	R\$ 989.611,56

8.8 - Opções exercidas

Não houve exercício de opções nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	5,00	3,92
Número de membros remunerados	3,00	3,92
SOP 2018		
Número de ações	0	0
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a
SOP 2021		
Número de ações	46.867	500.545
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 5,09	R\$ 5,74
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 8,31	R\$ 7,90
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 150.524,07	R\$ 1.084.334,38

8.9 - Ações entregues diretamente aos beneficiários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui planos de ações restritas (nos quais são outorgadas ações com restrições de negociação, sejam elas tradicionais ou fantasmas – phantom shares) vigente.

8.10. Outorga de ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui planos de ações restritas (nos quais são outorgadas ações com restrições de negociação, sejam elas tradicionais ou fantasmas – phantom shares) vigente.

8.11. Ações entregues nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui planos de ações restritas (nos quais são outorgadas ações com restrições de negociação, sejam elas tradicionais ou fantasmas – phantom shares) vigente.

8.12 - Precificação das ações/opções

(a) Modelo de precificação

A metodologia utilizada pela Companhia para precificação das opções outorgadas é o modelo Black & Scholes. O Black & Scholes é um método de precificação matemática utilizado para determinar o valor justo de uma opção de compra e venda, baseada nas seguintes variáveis: volatilidade, preço da ação subjacente, data de vencimento, preço de exercício, rendimento de dividendos e taxa de juros livre de riscos.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Série de opções	Quantidade	Prazo de Carência	Preço de Exercício (1)	Volatilidade e Esperada (2)	Dividendos Esperados (3)	Taxa Livre de Risco (4)	Preço de Aquisição
3-e	3.099.027	17/02/2027	6,50	13,36%	0,0%	12,60%	0,838882
3-f	420.000	03/10/2027	6,49	8,11%	0,0%	10,81%	0,879487
3-g	477.221	26/02/2029	6,49	11,53%	0,0%	10,98%	2,254014

(1) Definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

(2) Volatilidade média de um grupo de empresas comparáveis de distribuição e varejo de produtos eletrônicos listadas no exterior.

(3) Não foi assumida distribuição de dividendos.

(4) Taxa "DI x pré" na data-base de 28/02/2022 para o plano 3-e e data-base de 30/04/2024 para os planos 3-f, 3-g segundo o site da B3, variável conforme o prazo de carência de cada opção.

O preço de exercício é a variável dentro de uma opção de compra de ações que permite vincular os objetivos da Companhia de médio e longo prazo com o valor desta opção. Assim, o preço de exercício foi determinado pelo Conselho de Administração com o intuito de estabelecer diferentes objetivos de crescimento e, por isso, diferentes preços de exercício foram estipulados, com base no histórico de performance da Companhia e perspectivas futuras de desempenho, levando em consideração, principalmente (i) a melhor estimativa de valor justo de mercado da Companhia quando da outorga do plano e (ii) estimativas de performance da

Companhia para os anos subsequentes, de modo a alinhar os interesses dos administradores da companhia à performance de longo prazo da empresa.

A Companhia adotou como taxa livre de risco a taxa de juros real da economia (DI x IPCA), ou seja, a diferença entre a taxa de juros nominal e a projeção de IPCA, dado que o preço de exercício é constante. A taxa livre de risco adotada para cálculo do valor da opção de cada beneficiário levou em conta o prazo de *vesting* da referida opção – escolheu-se a taxa correspondente ao intervalo (em dias) entre a data de outorga e a data de *vesting*. Para isso foram utilizadas as taxas publicadas para o mercado de *swap* da B3 para um período semelhante à expectativa de exercício das opções.

O preço de exercício foi fixado com base na média ponderada de cotação das ações da Companhia em um determinado número de pregões anteriores à data de outorga, conforme definido pelo Conselho de Administração. Desse modo, os preços de exercício definidos foram R\$ 6,50 para o plano 3-e, R\$ 6,49 para os planos 3-f e 3-g.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A aquisição de Opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e qualquer outra forma de reestruturação societária ("Reorganização Societária").

O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em operações de Reorganização Societária poderão, a seu exclusivo critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas por equidade: (a) substituição das opções/ações objeto das Opções de aquisição por ações de sociedade sucessora da Companhia, desde que o faça nos exatos termos e condições do Plano e Programas em vigor; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Participante faria jus nos termos do Plano.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi calculada com base na volatilidade média de um grupo de empresas comparáveis de distribuição e varejo de produtos eletrônicos listadas no exterior.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica foi incorporada.

8.13 - Participações detidas por órgão

Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Em 31/12/2024		
Allied Tecnologia S.A.	4.670.709	403.831

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência privada a nenhum de seus colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários.

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	5,00	3,92	0,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,92	0,00
Valor da maior remuneração individual*	R\$ 240.000,00	R\$ 5.789.124,94	R\$ -
Valor da menor remuneração individual**	R\$ 240.000,00	R\$ 1.920.816,73	R\$ -
Valor médio da remuneração individual***	R\$ 240.000,00	R\$ 2.452.461,74	R\$ -

*A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social.

**O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 03 membros na Diretoria Estatutária e 05 membros no Conselho de Administração.

*** A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 8.2 acima.

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	6,08	3,00	N/A
Nº de membros remunerados	4,50	3,00	N/A
Valor da maior remuneração individual*	R\$ 240.000,00	R\$ 3.960.045,08	N/A
Valor da menor remuneração individual**	R\$ 240.000,00	R\$ 1.590.653,51	N/A
Valor médio da remuneração individual***	R\$ 239.288,89	R\$ 2.455.900,12	N/A

*A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social.

**O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 03 membros na Diretoria Estatutária e 05 membros no Conselho de Administração.

*** A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 8.2 acima.

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	6,50	3,00	N/A
Nº de membros remunerados	4,50	3,00	N/A
Valor da maior remuneração individual*	R\$ 240.000,00	R\$ 3.657.453,49	N/A
Valor da menor remuneração individual**	R\$ 240.000,00	R\$ 1.457.010,17	N/A

Valor médio da remuneração individual***	R\$ 231.111,11	R\$ 2.287.246,62	N/A
--	----------------	------------------	-----

*A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social.

**O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 03 membros na Diretoria Estatutária e 05 membros no Conselho de Administração.

*** A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 8.2 acima.

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não existe qualquer tipo de arranjo contratual ou instrumento que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

8.17 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não possuía administradores ou membros do Conselho Fiscal que fossem partes relacionadas aos controladores.

8.18 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, os administradores da Companhia não receberam ou possuem a previsão de receber qualquer remuneração da Companhia que não atribua a eles em contraprestação aos serviços prestados em razão do cargo que ocupam na Administração da Companhia.

8.19 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os administradores da Companhia não recebem e nem receberam nos últimos três últimos exercícios sociais qualquer remuneração de suas controladas ou de sociedades sob controle comum.

8.20 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que incluiu a descrição dos planos de opção de compra de ações nesta Seção 8 exclusivamente por ser uma determinação da CVM. Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, os planos de opção descritos abaixo não se enquadram como "remuneração", para quaisquer fins legais, uma vez que os planos de opção possuem características de um negócio jurídico exclusivamente mercantil.

Informações complementares ao item 8.2

A Companhia informa que a remuneração prevista para 2025 e realizada em 2024 informada no item 8.2 é líquida de encargos sociais que são ônus do empregador (INSS). Nesse sentido,

a Companhia informa que o total de encargos sociais previstos para 2025 são da ordem de R\$ 1.800 milhões. e realizados em 2024 foram na ordem de R\$ 840,5 mil.

Ainda, a Companhia esclarece que a remuneração total informada no item 8.2 é menor do que a remuneração total constante da Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras, uma vez que na Nota Explicativa considera a remuneração do Comitê de Auditoria.